

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VINICIUS KLEIN BUDAL

ECONOMIA DO CRIME: UMA META-ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL NOS ANOS DE 1997 A 2017

CURITIBA

2019

VINICIUS KLEIN BUDAL

ECONOMIA DO CRIME: UMA META-ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL NOS ANOS DE 1997 A 2017

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Adalto Acir Althaus Junior

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)  
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Budal, Vinicius Klein

Economia do Crime: uma meta-análise qualitativa sobre a produção científica nacional nos anos de 1997 a 2017 / Vinicius Klein Budal. – 2019. 112 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Adalto Acir Althaus Junior.

Defesa: Curitiba, 2019.

1. Produção científica. 2. Economia do crime. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós- Graduação em Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico. II. Althaus Junior, Adalto Acir. III. Título.

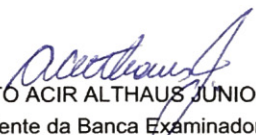
CDD 001,42

### TERMO DE APROVAÇÃO

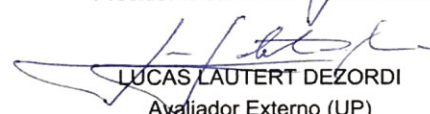
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado Profissional de **VINICIUS KLEIN BUDAL**, intitulada: **ECONOMIA DO CRIME: UMA META-ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL NOS ANOS DE 1997 A 2017**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2019.

  
ADALTO ACIR ALTHAUS JUNIOR  
Presidente da Banca Examinadora

  
ARMANDO JOÃO DALLA COSTA  
Avaliador Interno (UFPR)

  
LUCAS LAUTERT DEZORDI  
Avaliador Externo (UP)

Ao meu eterno amigo Alessandro Carlos de Lima  
(*in memoriam*)

O descontentamento é o primeiro passo  
na evolução de um homem ou de uma nação.  
(Oscar Wilde)

## **RESUMO**

O objetivo deste estudo é avaliar a evolução da pesquisa nacional referente à Economia do Crime, considerando que a criminalidade e violência são assuntos de grande relevância no contexto econômico, social e acadêmico. O foco aqui é apresentar a visão das Ciências Econômicas sobre a temática da criminalidade, analisando, para tanto, as características, metodologias, unidades de análise, amostras, principais resultados, direcionamentos, semelhanças e diferenças dos trabalhos produzidos no Brasil, observando se as pesquisas condizem, de fato, com a realidade ou se os resultados são contraditórios. Para tanto, utilizou-se o método da meta-análise qualitativa dos estudos empíricos publicados nos últimos 20 anos, considerando que o primeiro trabalho encontrado é datado do ano de 1997. Desta forma, foram selecionados 238 estudos (139 artigos científicos, 20 teses e 79 dissertações). As pesquisas na área da Economia do Crime no Brasil são ainda recentes e têm crescido nos últimos anos, possivelmente pela maior disponibilidade de dados. A maioria tem sido desenvolvida em ambiente acadêmico, buscando relacionar as causas da criminalidade às questões socioeconômicas e demográficas, no entanto, há grande diversidade de resultados, alguns um tanto quanto controversos, dependendo das especificações dos modelos, das variáveis e das amostras utilizadas em termos de localidade e períodos analisados.

Palavras-chave: Economia do Crime. Meta-análise qualitativa. Produção Científica brasileira.

## **ABSTRACT**

The purpose of this work is to measure the evolution of national research on the Crime Economy, considering that crime and violence are great relevance issues in the economic, social and academic context. The focus here is to present the Economic Sciences vision on crime, analyzing, for this purpose, the characteristics, methodologies, units of analysis, samples, main results, directions, similarities and differences of the works produced in Brazil, in reality, or whether the results are contradictory. For this, the qualitative meta-analysis method of the empirical studies published in the last 20 years was used, considering that the first work found is dated from 1997. Thus, 238 studies were selected (139 scientific articles, 20 theses and 79 dissertations). Research in the area of Crime Economics in Brazil is still recent and has grown in recent years, possibly due to the greater availability of data. Most have been developed in an academic environment, seeking to relate the causes of crime to socioeconomic and demographic issues, however, there are great diversity of results, some somewhat controversial depending on the specifications of the models, variables and samples used in terms and analyzed periods.

Keywords: Economics of Crime. Qualitative meta-analysis, Brazilian scientific production.



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES PUBLICADOS DE 1997 - 2017 .....	52
GRÁFICO 2 – TEMÁTICAS ESTUDADAS NA ECONOMIA DO CRIME .....	54

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MOMENTOS DE BUSCA .....	40
TABELA 2 – PESQUISAS INDISPONÍVEIS.....	41
TABELA 3 – PESQUISAS SELECIONADAS .....	42
TABELA 4 – TIPO DE PUBLICAÇÃO .....	50
TABELA 5 – ANO DA PUBLICAÇÃO .....	50
TABELA 6 – TEMÁTICAS ESTUDADAS NA ECONOMIA DO CRIME .....	53
TABELA 7 – CRIMES ANALISADOS .....	55
TABELA 8 – AUTORES MAIS PROFÍCUOS .....	56
TABELA 9 – AFILIAÇÃO ACADÊMICA.....	56
TABELA 10 – TITULAÇÃO DO AUTOR PRINCIPAL .....	57
TABELA 11 – PRINCIPAIS EVENTOS OU PERIÓDICOS EM QUE OS ARTIGOS FORAM PUBLICADOS .....	58
TABELA 12 – ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	59
TABELA 13 – PERSPECTIVA TEMPORAL .....	60
TABELA 14 – CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	60
TABELA 15 – NATUREZA DOS DADOS .....	61
TABELA 16 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	62
TABELA 17 – TRATAMENTO DOS DADOS.....	62
TABELA 18 – MÉTODOS ESTATÍSTICOS MAIS UTILIZADOS .....	63
TABELA 19 – PRINCIPAIS BANCOS DE DADOS UTILIZADOS.....	63
TABELA 20 – UNIDADES DE ANÁLISE .....	64
TABELA 21 – LOCALIDADES DA AMOSTRA .....	65
TABELA 22 – PERÍODO DA AMOSTRA .....	66
TABELA 23 – DURAÇÃO DA AMOSTRA .....	67
TABELA 24 – PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS PESQUISAS SELECIONADAS...	69
TABELA 25 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO POSITIVA COM HOMICÍDIOS.....	72
TABELA 26 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO NEGATIVA COM HOMICÍDIOS ...	74
TABELA 27 - VARIÁVEIS SEM EFEITO SOBRE HOMICÍDIOS .....	76
TABELA 28 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO POSITIVA COM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	78
TABELA 29 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO NEGATIVA COM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	80

TABELA 30 - VARIÁVEIS SEM EFEITO SOBRE CRIMES CONTRA O	
PATRIMÔNIO .....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BBTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENASP	- Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FURG	- Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC	- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
SCIELO	- Scientific Electronic Library Online
SEADE	- Sistema Estadual de Análise de Dados
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública
STN	- Secretaria do Tesouro Nacional
UCB	- Universidade Católica de Brasília
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFV	- Universidade Federal de Viçosa
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAR	- Universidade Paranaense
USP	- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	18
1.2 OBJETIVOS .....	18
1.2.1 Objetivo geral .....	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA .....	19
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>22</b>
2.1 ECONOMIA DO CRIME .....	22
2.1.1 Economia do Crime: criminalidade e desenvolvimento econômico .....	23
2.1.2 Economia do Crime: criminalidade e drogas .....	27
2.1.3 Economia do Crime: criminalidade e variáveis de efeito <i>deterrence</i> .....	29
2.2 A META-ANÁLISE.....	30
2.2.1 A Meta-análise Qualitativa.....	32
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>36</b>
3.1 BUSCA, IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DAS PESQUISAS .....	37
3.1.1 O período e local de busca.....	38
3.1.2 Momentos de busca .....	38
3.1.3 Seleção das pesquisas para meta-análise .....	40
3.2 VARIÁVEIS DE PESQUISA .....	42
3.2.1 Características do estudo.....	42
3.2.1.1 Tipo de publicação.....	43
3.2.1.2 Ano da publicação .....	43
3.2.1.3 Temáticas estudadas na Economia do Crime .....	43
3.2.1.4 Crimes analisados .....	44
3.2.1.5 Autores mais profícuos .....	44
3.2.1.6 Afiliação acadêmica do autor principal .....	44
3.2.1.7 Titulação do autor principal.....	45
3.2.1.8 Eventos ou periódicos em que os estudos foram publicados .....	45
3.2.2 Características metodológicas .....	45
3.2.2.1 Estratégia de pesquisa .....	45
3.2.2.2 Perspectiva temporal .....	46
3.2.2.3 Classificação da pesquisa .....	46

3.2.2.4 Natureza dos dados.....	46
3.2.2.5 Instrumentos de coleta de dados.....	46
3.2.2.6 Tratamento dos dados.....	47
3.2.2.7 Bancos de dados utilizados .....	47
3.2.3 Características técnicas .....	47
3.2.3.1 Unidades de análise .....	47
3.2.3.2 Localidade da amostra .....	48
3.2.3.3 Período da amostra .....	48
3.2.3.4 Comparação dos resultados das pesquisas .....	48
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>49</b>
4.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECONOMIA DO CRIME NO BRASIL .....	49
4.1.1 Características do estudo.....	49
4.1.1.1 Tipo de publicação.....	49
4.1.1.2 Ano da publicação .....	50
4.1.1.3 Temáticas estudadas na Economia do Crime .....	52
4.1.1.4 Crimes analisados .....	54
4.1.1.5 Autores mais profícuos .....	55
4.1.1.6 Afiliação acadêmica do autor principal .....	56
4.1.1.7 Titulação do autor principal.....	57
4.1.1.8 Eventos ou periódicos em que os estudos foram publicados .....	58
4.1.2 Características metodológicas .....	58
4.1.2.1 Estratégia de pesquisa .....	59
4.1.2.2 Perspectiva temporal.....	59
4.1.2.3 Classificação da pesquisa .....	60
4.1.2.4 Natureza dos dados.....	61
4.1.2.5 Instrumentos de coleta de dados.....	61
4.1.2.6 Tratamento dos dados.....	62
4.1.2.7 Bancos de dados utilizados .....	63
4.1.3 Características técnicas .....	64
4.1.3.1 Unidades de análise .....	64
4.1.3.2 Localidade da amostra .....	65
4.1.3.3 Período da amostra .....	66
4.1.4 Comparação dos resultados das pesquisas.....	67
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>

REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE 1 – PESQUISAS SELECIONADAS PARA A META-ANÁLISE .....	98

## 1 INTRODUÇÃO

A criminalidade é um grave problema enfrentado pelo Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018), sete pessoas foram assassinadas por hora em 2016 no país, totalizando 63.880 homicídios e uma taxa média de criminalidade de 30,8 por 100 mil habitantes. Esta taxa é muito superior à considerada aceitável pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), que é de 10 óbitos por 100 mil habitantes, e coloca o Brasil na nona posição entre os países com maior número de homicídios no mundo, sendo a taxa brasileira quase cinco vezes a média mundial, que foi de 6,4, conforme o relatório anual da OMS sobre as estatísticas da saúde global, publicado em 17 de maio de 2018. Ainda, segundo este relatório, a taxa de criminalidade brasileira foi superior à de países como Chile (4,6), Argentina (4,7), Cuba (4,9), Estados Unidos (5,3), Paraguai (7,5), Uruguai (7,6), Equador (10,2) e Peru (14,6). Outros países que se destacaram negativamente no mesmo relatório foram a Venezuela, com taxa de criminalidade de 51,7, Colômbia com 48,8 e Honduras com 85,7 mortos a cada 100 mil habitantes.

Verifica-se que os gastos com políticas públicas de segurança são elevados e custaram à união, estados e municípios a quantia de 81 bilhões de reais no ano de 2016, o que representa 1,29% do PIB deste mesmo ano, que foi de 6,7 trilhões de reais, segundo o IBGE. Para o ano de 2017, o financiamento da política de segurança pública foi de 84,7 bilhões de reais, o que perfaz a quantia de R\$ 408,13 por cidadão brasileiro, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018). O anuário apresenta, ainda, outros dados que refletem o cenário de insegurança no Brasil, como o número de estupros, que foi de mais de 60 mil pessoas em 2017, além dos furtos e roubos de veículos, que atingiram a marca de 543.991. Além disso, foi registrada a apreensão de 119.484 armas de fogo, no mesmo ano, e um total de 729.463 pessoas encarceradas no Brasil.

Segundo os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), que apresenta os gastos governamentais com a rubrica de segurança pública de países em relação ao PIB de 2016, os Estados Unidos gastaram 2,04%, Itália 1,88%, Reino Unido 1,81%, Portugal 1,79%, França 1,65%, Alemanha 1,59% e Japão 1,24%. Comparando esses dados com os publicados pela



Organização Mundial da Saúde (2017), observa-se que, neste período, os EUA, Reino Unido e Portugal tiveram taxas de 5,3, 1,3 e 1,1 homicídio por 100 mil habitantes, enquanto Itália (0,9), França (0,9), Alemanha (0,7) e Japão (0,3) tiveram taxas inferiores a 1 homicídio, o que destoa da taxa brasileira, que no mesmo ano foi de 30,8, abrindo discussão à respeito da efetividade dos gastos públicos em segurança pública no país.

Ademais, o custo da violência no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, considerados os custos intangíveis com homicídios, gastos com segurança privada e seguros, despesas com sistema de saúde, segurança pública e sistema prisional, foi de 5,9% do PIB de 2016, o que representou 372 bilhões de reais naquele ano. Mesmo assim, observa-se que, conforme relatório do ENASP (2012), o índice de elucidação dos crimes de homicídios é baixo, estimando-se entre 5% e 8%, demonstrando um grande contraste com relação a países desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra, em que este índice é de 65% e 90%.

Observa-se que, embora vários indicadores socioeconômicos brasileiros, como renda nominal domiciliar per capita, distribuição de renda, taxa de desemprego e índices de pobreza, tenham melhorado nas últimas décadas, como destacaram Gomes e Cruz (2014), em publicação para o Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, o mesmo não ocorreu com as estatísticas de segurança pública. Segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2016), entre os anos de 1980 e 2014, 830.420 pessoas foram vítimas de homicídio por disparo de algum tipo de arma de fogo, sendo que as vítimas passaram de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014, ou seja, um crescimento de 592,8%. Constatou-se, ainda, que do total das vítimas de homicídios por arma de fogo em 2014, 94,4% foram do sexo masculino e 59,7% eram jovens com idade entre 15 e 29 anos de idade.

A temática da criminalidade vem sendo estudada há muitos anos pela Sociologia, Antropologia, Direito e Ciência Política, porém, nos últimos anos observou-se o levantamento e aprofundamento do estudo desta temática no campo das Ciências Econômicas, sendo ainda muito recente no Brasil. De fato, há complexidade no estudo da criminalidade, principalmente se considerarmos o contraste existente entre a elevação da taxa de criminalidade dos últimos anos e a grande quantidade de pessoas encarceradas, armas apreendidas, elevados gastos

com segurança pública e melhora dos índices socioeconômicos no Brasil, o que justifica a importância da pesquisa científica sobre este tema.

A Economia do Crime teve início com Gary Becker (1968), que observou o criminoso através de um enfoque racional, em que o agente para cometer crimes avaliaria o custo de oportunidade entre o mercado legal e ilegal, além de considerar a probabilidade de prisão e gravidade da pena. Atualmente, a Economia do Crime já consta como disciplina de estudo em vários cursos no exterior e no Brasil também, como é o caso do curso de Economia da Universidade de Brasília (UNB) e da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Ao longo dos últimos anos, vários estudos foram produzidos no campo da Economia do Crime no Brasil, como os trabalhos de Shikida (2010), dos Santos (2009), Carvalho e Lavor (2008), Cerqueira e Lobão (2004), Resende e Andrade (2011), Mendonça e Loureiro (2003), Andrade e Lisboa (2000), entre outros, grande parte deles apontando existir influência das variáveis socioeconômicas sobre a criminalidade, em especial a desigualdade de renda e pobreza. Porém, nota-se que a pesquisa brasileira nesta temática, além de recente, assume várias linhas e utiliza diferentes metodologias, banco de dados e amostras, apresentando uma variabilidade grande de resultados e conclusões, muitas vezes não homogêneos. Este fato justifica o objetivo central deste trabalho, que é investigar a pesquisa nacional na área da Economia do Crime, identificar o percurso da pesquisa, sua evolução, as metodologias utilizadas, as variáveis, tipos de crimes, estratégias de pesquisa, perspectivas temporais, classificações da pesquisa, naturezas dos dados, instrumentos de coleta de dados, tratamentos dos dados, bancos de dados, unidades de análise, localidades das amostras, períodos avaliados, resultados e conclusões. De posse destas informações se evidenciará a efetividade da pesquisa nacional e a correta especificação dos trabalhos.

O método utilizado nesta dissertação é o da meta-análise qualitativa, procedimento este que vem sendo utilizado desde a década de 80, tendo como precursor os trabalhos de Stern e Harris no ano de 1985, no campo da enfermagem. Essa metodologia é amplamente utilizada na área da saúde, em especial a Medicina, Psicologia e Enfermagem, porém nos últimos anos têm sido utilizada em outras áreas do conhecimento. A justificativa na escolha desta metodologia ao invés da meta-análise quantitativa está no fato de a pesquisa econômica do crime assumir várias vertentes, analisar diferentes tipos de crimes, utilizar diversas variáveis

demográficas e socioeconômicas, além de outras como gastos públicos, efetivo policial, encarceramentos e armas e drogas apreendidas. Desta forma, como a maioria dos trabalhos não segue os mesmos parâmetros e não existe homogeneização das metodologias e dos resultados, a meta-análise qualitativa é a técnica mais adequada para este trabalho.

Por fim, identificar-se-á as semelhanças e diferenças dos estudos, com a finalidade de se chegar a um resultado que sintetize as principais conclusões com base no estado atual de conhecimento científico sobre o assunto. O objetivo não é obter apenas um resultado, nem a generalização deste, mas compreender o objetivo da pesquisa e como esta se dá, analisando a consistência e coerência dos trabalhos, os procedimentos de pesquisa e as interpretações que foram efetuadas (Bicudo, 2014).

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Este estudo tem a finalidade de acompanhar a evolução do conteúdo da pesquisa científica relacionada à Economia do Crime, traçando a trajetória desta, características, métodos, variáveis e resultados, com o intuito de debater se há eficácia e validade nos resultados. Assim, é proposto o seguinte problema de pesquisa: Qual o percurso da pesquisa científica nacional na área da Economia do Crime, suas características e principais resultados?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar a evolução da produção científica nacional a respeito da Economia do Crime de 1997 a 2017 e seu estágio no final deste período, comparando as semelhanças e diferenças, e considerando as características dos estudos, contradições e resultados.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a produção científica nacional a respeito da Economia do Crime nos últimos 20 anos;
- b) Esboçar um panorama preciso da produção científica nacional sobre a Economia do Crime por meio de meta-análise qualitativa;
- c) Caracterizar as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas pela academia nacional nas pesquisas sob o contexto da Economia do Crime;
- d) Caracterizar o estágio da pesquisa em Economia do Crime e comparar seus principais resultados;
- e) Identificar as semelhanças, diferenças e contradições entre os resultados.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Na área das Ciências Econômicas, o tema criminalidade tem sido foco de vários estudos, a fim de buscar os seus principais determinantes, no entanto, verifica-se que não há uma completa homogeneidade nas conclusões e resultados das pesquisas, além desses estudos assumirem diferentes linhas. Vários pesquisadores associam, por exemplo, a criminalidade às questões socioeconômicas. Evidentemente que a condição socioeconômica de uma região pode refletir em questões de segurança pública pelo fato dos desajustes sociais presentes e de todo um cenário propício para atos de violência, contudo, devido à subjetividade da ação criminosa, dificilmente o pesquisador consegue determinar as principais causas e soluções desse problema, que podem estar relacionados a várias questões, como: número de armas de fogo, mercado das drogas, ineficiência do serviço público, efetivo policial deficitário, má distribuição de renda, favelização, questões sociais, econômicas e culturais, entre outras. Observa-se que esses temas já foram muito debatidos e mesmo assim não há completa certeza dos principais determinantes da criminalidade, apenas algumas constatações e possíveis evidências.

O pesquisador na área da Economia do Crime tem ao seu dispor, além de uma variedade de crimes, diversas variáveis para efetuar sua análise, como por exemplo: renda, desigualdade, concentração de renda, pobreza, desemprego, escolaridade, grau de urbanização, densidade demográfica, gastos com segurança

pública, população jovem, vulnerabilidades familiares, mercado das drogas, efetivo policial, entre outras, muitas vezes fazendo o uso de técnicas econométricas para obter seus resultados.

Assim, é possível de se chegar a inúmeras conclusões dependendo da amostra utilizada, da técnica e metodologia escolhida, da localidade em questão, do período escolhido, enfim, dos dados selecionados para a pesquisa. Deste modo, visto existir complexidade no tema e dificuldade em se estabelecer parâmetros para a pesquisa e constatação das causas exatas da criminalidade, geralmente o pesquisador da área da Economia do Crime acaba utilizando os dados que têm disponíveis ao seu favor e como ferramenta o uso de inferências estatísticas para estabelecer a relação entre as variáveis quantitativas. Outra questão a se considerar é que existem vários tipos penais a serem analisados, assim como várias questões sociais, econômicas e demográficas. Ou seja, há um campo vasto explorado pela pesquisa da Economia do Crime, a qual pode assumir vários direcionamentos dependendo de como se deu a pesquisa e a especificação do modelo utilizado.

Considerando as várias temáticas analisadas, os diferentes crimes, os diversos bancos de dados, as estratégias utilizadas, as perspectivas temporais, a classificação da pesquisa, a natureza e tratamento dos dados, além das unidades de observação, localidade da amostra e períodos considerados, isso por si só torna a pesquisa um tanto quanto heterogênea e suscetível a inúmeras conclusões e possíveis erros.

Sendo assim, apenas dados quantitativos podem ser insuficientes para determinar as verdadeiras causas da criminalidade, podendo surgir as seguintes dúvidas: até que ponto a Economia do Crime está correta e pode determinar as reais causas da criminalidade ou até mesmo a explicação dos níveis elevados de crimes que ocorrem em certas localidades? Até que ponto as questões socioeconômicas e demográficas são as principais determinantes da criminalidade? Gastos públicos e variáveis de repressão e dissuasão do crime têm forte relação com a redução da violência? Quais são as principais variáveis relacionadas à criminalidade? Podem existir outras causas para a elevada taxa de criminalidade observada no Brasil? A Economia do Crime tem obtido êxito na constatação do problema? Quais são as principais conclusões deste campo de estudo? A pesquisa econômica tem demonstrado eficácia? Os resultados são válidos e condizem com a realidade brasileira?

Fajnzylber, Lederman e Loayza (2000), em um estudo direcionado a vários países, incluindo o Brasil, salientam a deficiência nas pesquisas relativas à Economia do Crime, principalmente no que se refere às diligências efetuadas e a habilidade dos pesquisadores, considerando que a pesquisa nesta área demanda muito tempo para ser desenvolvida, necessitando de aprendizado específico por parte dos autores. Destacam, ainda, a baixa qualidade, falta de precisão e inconsistência de muitos dados utilizados, que podem não refletir totalmente a verdade. Somando a isto, a limitação e escassez dados prejudicam as conclusões e a falta destes obriga alguns autores a utilizarem proxies para variáveis explicativas, o que pode não refletir a realidade dos fatos. O próprio uso da variável “homicídio” para testar o modelo econômico de Becker, como proxy para toda a criminalidade, segundo o autor, não é ideal, pois o modelo proposto pelo pesquisador tem relação com crimes econômicos, como os crimes contra a propriedade (furtos e roubos).

Portanto, devido a grande heterogeneidade dos estudos na área da Economia do Crime, além de sua complexidade, considerou-se a utilização da meta-análise qualitativa referente à pesquisa nacional sobre o tema, a fim de filtrar suas principais conclusões, identificar o percurso da pesquisa científica e chegar ao objetivo deste trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 ECONOMIA DO CRIME

Desde que se teve início à chamada Economia do Crime, preconizada por Gary Becker, no ano de 1968, através do artigo “Crime and Punishment: An Economic Approach”, em que definiu o comportamento do criminoso sob um enfoque econômico e racional, o qual analisaria o custo de oportunidade entre o trabalho legal e ilegal, bem como a probabilidade de ser preso e a gravidade da pena para cometer crimes, muitos estudos têm sido produzidos sobre o tema com o objetivo de se estabelecer as causas para esse fenômeno com o auxílio de técnicas e conceitos econômicos. Neste sentido, é importante destacar como o campo do Desenvolvimento Econômico tem servido de base para muito do que vem sendo produzido, focando a criminalidade e a violência como consequências de problemas socioeconômicos, principalmente. Na literatura econômica do crime entende-se por taxa de criminalidade o número de homicídios por 100 mil habitantes. Evidentemente que a teoria vai além e estuda diversos outros crimes, como, por exemplo, tráfico de drogas, roubos e furtos.

Não obstante o foco deste trabalho seja a literatura nacional sobre a Economia do Crime, é importante destacar alguns trabalhos internacionais retratando a realidade brasileira nesta área de pesquisa, como Chioda, Mello e Soares (2012), Mello (2015), Oliveira, Medeiros e Carvalho (2017) e Miranda et al. (2017). Ainda em cenário de pesquisa internacional, Mello (2015), ao estudar a queda dos homicídios nos anos 2000, no município de São Paulo, destacou o papel relevante que a droga Crack desempenhou ao longo dos últimos anos, com destaque para a década de 80 e 90. Para o autor, os dados agregados (de apreensão) ao longo dos anos evidenciaram a forte relação desta droga com os homicídios. Considera que apenas o tráfico de drogas tem impacto sobre a criminalidade e não o consumo, explicando 30% da variação da criminalidade no período. Ainda, não observou nenhum impacto do tráfico de drogas sobre os crimes contra o patrimônio. Finaliza destacando o grande papel do tráfico de drogas, em especial o crack, no impulsionamento da violência sistêmica, fruto das circunstâncias de ilegalidade do comércio de entorpecentes.

Oliveira, Medeiros e Carvalho (2017), utilizando como amostra o município de Fortaleza, investigaram se as taxas de criminalidade violenta estavam associadas ao desenvolvimento local da cidade. Por meio de dados georreferenciados de homicídios e lesões corporais advindas de roubos, tiveram como resultados que existe uma dependência espacial positiva entre os setores censitários, ou seja, pequenas áreas urbanas com taxas altas de violência têm regiões vizinhas com padrões similares de taxas de crimes violentos, sugerindo a existência de um efeito *spillover* (transbordamento) da criminalidade. Sobre a relação entre o desenvolvimento local, as regressões sugeriram que as altas taxas de homicídios têm relação com a vizinhança de baixa renda, isolada espacialmente, em regiões com baixa infraestrutura e com prevalência de jovens analfabetos, negros e do sexo masculino. Destaca a importância de se considerar os aspectos espaciais das localidades, suas características socioeconômicas e criminais.

Miranda et al. (2017), em abordagem focada no tráfico de drogas, salientaram o cenário de pesquisa deficitário sobre o tema, embora seja reconhecida a relação que guarda com a violência urbana no Brasil. Em uma abordagem para os bairros da Região Metropolitana de Recife, os modelos econométricos evidenciaram que o tráfico de drogas afeta de forma positiva o número de homicídios na região, mesmo considerando a influência de várias variáveis socioeconômicas, bem como a porcentagem de domicílios localizados em favelas, destacando, ainda, a dependência espacial existente, ou seja, a violência está mais presente em eventos localizados espaciais, tendo influência das regiões vizinhas, inclusive. Por fim, concluem que há uma associação sistemática entre drogas e violência e que o aumento de 1% no tráfico de drogas afeta 0,34% na taxa de homicídios

Enfim, a pesquisa nacional em Economia do Crime assume várias vertentes, relacionando a criminalidade com variáveis socioeconômicas, demográficas, políticas públicas, variáveis de *deterrence* (dissuasão), como gastos públicos em segurança pública e repressão policial, e as drogas.

### 2.1.1 Economia do Crime: criminalidade e desenvolvimento econômico

A desigualdade social, medida pelo coeficiente de Gini, tem sido apontada por muitos autores como tendo correlação positiva com os crimes de homicídio, gerando perda de bem-estar social para toda a sociedade. Nesta linha estão os



estudos de Resende e Andrade (2011) e Mendonça e Loureiro (2003), tendo estes últimos feito constatações por meio de dados em painel do período de 1987 a 1995, verificando que a educação contrapõe-se à desigualdade social e influencia de maneira inversa a taxa de crimes contra a pessoa. Carvalho e Lavor (2008), no mesmo sentido dos demais, acrescentam que moradias em áreas urbanas, aumentam a vitimização.

Cerqueira e Lobão (2004), utilizando dados em painel relativos às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no período de 1981 a 1999, também apontam que a desigualdade de renda e adensamento populacional influenciam a criminalidade, criando ambientes férteis para desajustes sociais, sendo que políticas que priorizam aportes financeiros à polícia estão fadadas a resultados pífios, havendo a necessidade de políticas voltadas aos jovens mais pobres. Araújo Jr. (2002), que analisou microdados do período de 1981 a 1996 entre os estados brasileiros, também destacou a alta correlação da criminalidade com os mais jovens e a necessidade de atenção com esta camada da população, contrariando Cerqueira e Lobão (2004) ao entender que a elevação do número de policiais reduz a taxa de criminalidade, dando destaque, ainda, às variáveis renda e desemprego.

Por outro lado, Fajnzylber e Araújo Jr. (2001) afirmam que não é a desigualdade de renda *per se* que afeta o cometimento do crime, mas sim outras características que estão associadas a ela, como por exemplo, a desigualdade na distribuição do aparato de segurança pública e seus esforços, a capacidade de proteção privada, a desigualdade na distribuição da educação e da riqueza e o padrão de mobilidade social, colocando em evidência os jovens como sendo os mais vitimados nos crimes de homicídio. Dos Santos e Kassouf (2008), consideram as causas da criminalidade como estruturais, relacionando-se com as condições de vida dos indivíduos, retornos do crime, efeitos espaciais e de inércia no incremento dos valores.

Seguindo uma linha diferente dos demais, Kume (2005), a partir de dados em painel para os estados brasileiros, no período compreendido entre 1984 e 1998, estimando os determinantes da taxa de criminalidade brasileira obtidos do DATASUS, através do uso do Método Generalizado dos Momentos observou que a taxa de criminalidade de período anterior teve efeito positivo sobre a taxa de criminalidade presente, refletindo a dinâmica de que há um ganho de habilidade por parte do criminoso, assim como uma queda do custo de se cometer novamente o

crime. PIB per capita, crescimento do PIB, nível de escolaridade e grau de urbanização tiveram efeitos negativos. Dos Santos (2009) teve a mesma conclusão, afirmando existir um possível efeito inércia nas taxas de homicídios nos estados brasileiros, os quais atingem os homens mais jovens na maioria, calculando que cerca da metade da criminalidade de um período se transfere para o seguinte, pois o criminoso ganha experiência com o tempo, assim como concluído por Kume (2005), repetindo seus crimes devido à sensação de impunidade.

Uchoa e Menezes (2012), por sua vez, concluíram que o aumento ou redução na criminalidade em um estado tem efeitos positivos na criminalidade de estados vizinhos, salientando que a desigualdade, o nível de renda e o desemprego são os fatores mais relevantes para explicar a violência. No mesmo sentido, Da Matta e Andrade (2011) afirmam que a taxa de criminalidade de uma localidade pode ser influenciada pela taxa de criminalidade de seus vizinhos, desta forma, as regiões com índices de criminalidade altos influenciam negativamente as regiões vizinhas, potencializando esta relação quanto menor for a distância e maior o tamanho de uma região. Entendem que políticas locais de segurança pública ao estilo *hotspot* não reduzem a criminalidade, somente a deslocam.

Em um contexto regional, Andrade e Lisboa (2000), estudando os homicídios nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1981 a 1997, assinalaram que um aumento do salário real e redução da desigualdade reduzem a taxa de homicídios. Foi identificada, ainda, a existência de inércia nas taxas de homicídio, assim, se há a indução de uma alta taxa de homicídio entre os jovens em determinado período por parte das variáveis econômicas, a referida taxa permanece elevada para a geração em seu ciclo de vida.

No estado do Rio Grande do Sul, Oliveira (2005), fazendo uma análise espacial da criminalidade para o ano de 2000, através de um modelo econométrico e espacial, assinalou que a criminalidade pode ser explicada por características locais, afetando a criminalidade o ambiente, vizinhança e histórico dos indivíduos. Mais uma vez houve destaque para o papel da desigualdade de renda e das aglomerações urbanas, as quais, segundo o autor, são responsáveis por potencializar a criminalidade nas cidades do estado. Apontou que problemas na estrutura familiar e ineficiência do ensino no estado afetam a criminalidade de forma positiva e o aumento da renda dos mais pobres de forma negativa.

No Ceará, Loureiro (2009), avaliando os determinantes da criminalidade nos municípios deste estado, através de dados em painel entre 2004 e 2006, concluiu que o nível de renda e número de policiais tem efeitos robustos para explicar a criminalidade. Os aspectos socioeconômicos são apontados como fatores geradores do comportamento criminoso.

No sul do país, Shikida (2009), por meio da construção de um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) para cada município do estado do Paraná, ao analisar a correlação deste índice com os crimes violentos, apontou que quanto maior o desenvolvimento econômico local mais os crimes violentos tendem a cair.

Shikida (2005), Shikida e Borilli (2007), Borilli (2006), Shikida et al. (2014) e Shikida (2010), ao entrevistarem vários detentos de penitenciárias paranaenses, concluíram que grande parte dos criminosos eram jovens, cometeram crimes econômico (tráfico de drogas, roubo e furto), ingressaram no mercado ilícito por indução de amigos, possuíam ensino fundamental incompleto e trabalhavam quando cometeram crimes, porém a remuneração era baixa. Os autores com seus resultados confirmaram o modelo de Becker.

Andrade et al. (2003), ao estudar o perfil ocupacional dos criminosos e das vítimas no Município de Belo Horizonte, tendo como base inquéritos da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, relatam que criminosos entram na atividade delituosa quando o retorno esperado da atividade criminosa é maior que o da atividade legal, seguindo a linha de Becker (1968).

Em um estudo direcionado a políticas públicas, Becker e Kassouf (2017), levando em consideração o efeito dos gastos públicos, assinalaram que se os gastos em educação aumentarem 10%, a taxa de homicídios pode diminuir 1% no período seguinte. Para os autores, uma pessoa mais educada tem mais oportunidade no mercado de trabalho. Ainda, a educação pode ser um desincentivo para o crime, afetando as noções de moralidade e civilidade. Consideram que o desemprego não interfere de forma imediata o cometimento de crime, ao passo que a renda familiar e índice de Gini têm influência no aumento da criminalidade.

Por outro lado, Loureiro e Carvalho Jr. (2007), em seu estudo concluíram que gastos com segurança pública não apresentaram importância nos resultados sobre a criminalidade, ao passo que os gastos com assistência social foram significativos na redução desta nos estados brasileiros, no período entre 2001 e 2003.

### 2.1.2 Economia do Crime: criminalidade e drogas

Dos Santos e Kassouf (2007), ao investigarem a influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira sob um enfoque econômico, tiveram como resultado de que o mercado de drogas, a desigualdade de renda e a taxa de urbanização afetam positivamente a criminalidade. Foi observado que a rotatividade do mercado de trabalho é inversamente relacionada à criminalidade; os efeitos da segurança pública e segurança privada sobre a criminalidade não foram estatisticamente significativos. Evidenciam que um dos principais responsáveis pela alta criminalidade que atinge a sociedade brasileira é o mercado de entorpecentes que aqui se desenvolveu, sendo necessárias políticas de combate às drogas, além de melhor distribuição de renda e estimulação do mercado de trabalho para se prevenir a criminalidade.

Budal e Guimarães (2015), em análise econométrica ao município de Curitiba, separado em seus 75 bairros, através da criação de um índice próprio de vulnerabilidade socioeconômica, concluíram que os homicídios no ano de 2011 se concentraram em maior número nos locais em que havia maior vulnerabilidade socioeconômica ou onde existia uma maior atividade ilícita de tráfico de drogas. Concluiu-se, também, que havia alta concentração de crimes de tráfico de drogas nas regiões mais vulneráveis da capital e nos locais de maior número de jovens de 15 a 29 anos.

Borilli e Shikida (2002) em um estudo realizado em penitenciárias nos municípios de Guarapuava e Foz do Iguaçu, estado do Paraná, através de entrevista a 111 presos por crimes econômicos (dentre eles o tráfico de drogas que representava 36,04% do total destes, sendo o mais representativo de todos), constataram que 8,11% eram analfabetos, 82,88 possuíam o 1º grau incompleto, 6,31% o 2º grau completo e apenas 2,7% curso superior. De todos os presos, 47,94% eram reincidentes e os motivos citados foram: indução de amigos (23,43%), manter o sustento do vício (22,52%), ajudar no orçamento da família por estar desempregado (20,72%), dificuldade financeira por endividamento (9,01%), ganho fácil (7,21%), cobiça e ambição (4,5%), ajudar no orçamento familiar (3,6%), manter o status (2,7%), manter o sustento e outra atividade (0,9%) e outros motivos (5,41%). Gonçalves Jr. e Shikida (2013) e Shikida et al. (2014), em um estudo semelhante, mas sendo os entrevistados detentos do Complexo de Penitenciárias

de Piraquara, estado do Paraná, concluíram que grande parcela dos presos por tráfico de drogas possuem baixa escolaridade e consideravam o crime mais compensador que o mercado de trabalho legal.

O que deve ser considerado nos crimes envolvendo o mercado das drogas é que, diferente dos homicídios em sua essência, estes estão relacionados na maior parte das vezes a uma atividade comercial e, portanto, geradora de lucros, assim suas causas não podem ser justificadas tão somente em problemas socioeconômicos, podendo existir a vontade do agente criminoso em se obter maiores ganhos frente ao mercado legal, alinhando-se com o modelo racional proposto por Becker (1968).

Nesta linha de raciocínio, Santos, Casagrande e Hoeckel (2015), ao entrevistarem ex-presidiários da cidade de Santa Maria/RS, tiveram como destaque nas respostas que os criminosos cometem crimes para ter “status”, tendo alguns respondido que não gostam de trabalhar ou o trabalho é muito pesado e o salário é baixo, como, por exemplo, o serviço de servente de pedreiro, embora o contexto social deles possa sugerir o contrário, pois muitos vieram de famílias com ambiente familiar problemático, ausência de valores, pobreza e baixa escolaridade. Castro et al. (2016) ao traçarem o perfil do criminoso em Anápolis, Goiás, concluíram que o crime é altamente rentável para os indivíduos quando comparado com o mercado legal, verificando, ainda, que os indivíduos não consideram as penalidades ao cometerem crimes e na própria penitenciária pensam em novas técnicas para se especializarem em cometer novos crimes.

Fernandez e Maldonado (1999) analisam a economia do narcotráfico na Bolívia, em especial a produção da cocaína, explicando o grande crescimento deste mercado em virtude de ser altamente lucrativo, destacando que para políticas antidrogas terem sucesso, terão que diminuir o diferencial de ganho dessa atividade em relação às atividades legais da economia, devendo levar em consideração a descriminalização das drogas.

Alguns estudos mais recentes e de certa forma controversos apresentam conclusões não muito ortodoxas sobre a redução da criminalidade, em especial o número de homicídios. Na cidade de São Paulo, nos últimos 20 anos, Dias (2013) e Willis (2015) argumentam que a principal responsável pela redução no elevado número de homicídios foi a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo a primeira, o PCC anulou grupos de presos rivais, chegando em 1990 com

amplo domínio sobre os presídios de São Paulo, obtendo controle sobre a massa carcerária e proibindo violência desnecessária em seu interior, expandindo sua dominação inclusive fora dos presídios. No caso do segundo autor, este considera o PCC um produto, produtor e regulador da violência ao atuar dentro das comunidades e regular relações sociais, ou seja, determina os limites morais da violência nos espaços que controla. Na mesma linha corrobora Manso (2016) e Biderman et al. (2014), que também atribuem ao PCC a responsabilidade por grande parte da redução dos homicídios na cidade de São Paulo.

Justus et al. (2018), por sua vez, ao estudar a redução dos homicídios no estado de São Paulo nos anos 2000, utilizando um modelo de efeitos fixos de primeira diferença com uma estrutura espacial, controlando as condições socioeconômicas, demográficas, presença de armas de fogo, medidas *law enforcement*, entre outras, não encontraram evidências estatísticas de que a presença do PCC tenha um papel importante na variação da taxa de homicídios.

É importante destacar, também, Souza Medeiros e Pinheiro (2013), os quais analisaram as correlações espaciais entre as ocorrências de homicídios, ocorridos entre janeiro e agosto de 2010, e a concentração de aglomerados subnormais em Fortaleza, Ceará, utilizando ferramentas de geoprocessamento, mais especificamente a elaboração de mapas temáticos e o estimador de densidade de Kernel, tendo concluído que a maior parte dos homicídios ocorreu em favelas ou próxima desta em um raio de até 500 metros, concentrando 77,29% das ocorrências (524 homicídios). Se aumentar o raio para 1 km das favelas a porcentagem de homicídios sobe para 94,84%. Para a cidade do Rio de Janeiro, Rivero (2010) concluiu que, entre 2002 e 2006, 68% dos homicídios ocorreram em favelas e adjacências. Szwarcwald et al. (1999) também concluíram que a maior parte dos homicídios no Rio de Janeiro acontecem em favelas e arredores.

### 2.1.3 Economia do Crime: criminalidade e variáveis de efeito *deterrence*

Sachsida, Mendonça e Moreira (2015), com uma base de dados para os estados brasileiros nos anos de 2003 a 2009, tiveram como resultados que variáveis de repressão como efetivo policial e taxa de encarceramentos não foram significantes para reduzir os crimes. Loureiro (2009), Fajnzylber e Araújo Junior

(2001) tiveram a mesma conclusão com relação à falta de efetividade da variável número de policiais na redução da criminalidade.

Com relação a gastos públicos em segurança pública, Marques Junior (2014), Dos Santos (2009) e Cerqueira e Lobão (2004) concluíram que estes não reduzem a criminalidade. Na mesma linha seguiram os trabalhos de Loureiro e Carvalho Junior (2007) e Becker e Kassouf (2017), no entanto, concluíram que gastos com assistencialismo e educação são efetivos para a redução da criminalidade.

## 2.2 A META-ANÁLISE

Foi a partir do estudo Primary, secondary, and meta-analysis, publicado por Gene Glass (1976), em que padronizou de forma estatística a diferença entre vários grupos de tratamento e de controle, a fim de produzir um índice médio dessa estatística padronizada no campo da psicoterapia, que o termo meta-análise foi introduzido na literatura especializada. Assim, definiu-se a meta-análise como a análise estatística de um grande número de resultados empíricos com o fim de integrar os resultados.

Filho et. al (2014), explicam que a meta-análise consiste em um procedimento metodológico que tem por finalidade sintetizar uma determinada quantidade de conclusões num campo de pesquisa específico, tendo como uma de suas vantagens a elevação da objetividade das revisões de literatura, aumentando o número de estudos analisados e minimizando possíveis vieses. Permite-se comparar os resultados das pesquisas no que diz respeito não só ao aspecto substantivo, mas também quanto aos procedimentos metodológicos. Os autores diferenciam as meta-análises das revisões de literatura, pois estas, em geral, são feitas de forma narrativo-literária, sem adotar obrigatoriamente técnicas específicas, o que pode gerar efeitos perversos. Desta forma, nas revisões de literatura não há a certeza de que as amostras representativas dos estudos sobre determinados fenômenos foram devidamente selecionadas. A inclusão de estudos acaba sendo seletiva, carregando impressões subjetivas do seu revisor.

Rodrigues (2010) define a meta-análise como uma técnica estatística adequada com a finalidade de combinar resultados de diferentes estudos, produzindo estimativas para resumirem todos estes estudos. Assim, para que tenha



um resultado aplicado, os dados selecionados devem ser provenientes de uma revisão sistemática, que é um conjunto de regras que identificam estudos sobre determinado tema e selecionam quais serão incluídos ou excluídos na meta-análise, tendo como critério estudos semelhantes em relação a características importantes. Destaca a autora que, embora tenha elaborado seu estudo voltado à área da saúde, a meta-análise pode ser conduzida em qualquer outra área do conhecimento.

Na mesma linha, Bicudo (2014), em seu estudo, considera a explicação da meta-análise como sendo uma técnica estatística que tem o objetivo de integrar dois ou mais estudos sobre um determinado tema investigado, procedendo-se a uma revisão sistemática da literatura em questão, análise dos métodos utilizados, dos temas trabalhados e das conclusões. O embasamento é que a integração de vários estudos oferece sustentação para futuras pesquisas, observando os fatos de forma rigorosa, tendendo a um padrão.

Fiorentini e Lorenzato (2009) definem a meta-análise como uma revisão sistemática de outras pesquisas, visando à realização de uma avaliação crítica sobre elas, vindo a ser um tipo de investigação para realizar estudo de caráter documental, a fim de sintetizar ideias, classificar categorias de pesquisa, buscar similaridades, frequência, particularidades ou possíveis divergências entre os resultados. Assim, os estudos meta analíticos têm a finalidade de realizar uma análise crítica de um conjunto de estudos já realizados, buscando extrair informações adicionais que possam conduzir a novos resultados, indo além dos anteriormente já obtidos.

Sobre a revisão sistemática, Sampaio e Mancini (2006) assinalam que nesta são utilizados métodos sistemáticos para a busca, apreciação crítica e síntese de informações selecionadas, a fim de evitar viés e dar a possibilidade de uma análise com resultados mais objetivos, o que facilita uma síntese conclusiva da investigação. Assim, destacam os autores que é importante que o pesquisador produza um protocolo de pesquisa em que estejam inclusos: como serão encontrados os estudos, os critérios utilizados para incluir e excluir os trabalhos, definição das conclusões de interesse, verificação da precisão dos resultados, determinação da qualidade das pesquisas e análise dos dados utilizados.

Embora não exista um roteiro específico sobre como se proceder a uma meta-análise, há certa uniformidade a respeito de algumas etapas a serem seguidas, como sugeriram Irwig et al (1994) e Dinnes et al (2005), quais sejam, respectivamente: definir claramente o problema, realizar a busca de estudos



confiáveis em diversas bases de dados, criar critérios para inclusão e exclusão da base, selecionar os estudos, fazer avaliação da heterogeneidade, efetuar cálculos dos resultados de cada estudo, combiná-los, avaliar o efeito da variação e realizar a interpretação dos resultados.

Cooper (2010), por sua vez, elaborou um modelo de meta-análise que tem sete estágios, quais sejam: identificação/formulação do problema de pesquisa, coleta da literatura (livros, artigos, teses, documentos, artigos não publicados etc), coleta das informações de cada estudo, avaliação da qualidade dos estudos, análise e síntese dos resultados dos estudos, interpretação dos dados coletados e apresentação dos resultados de pesquisa.

### 2.2.1 A Meta-análise Qualitativa

Inicialmente, pelo fato de a pesquisa sobre a criminalidade na área da Economia ser pouco padronizada, envolvendo uma quantidade grande de variáveis relacionadas nas pesquisas e tendo resultados bastante diferenciados, a utilização da técnica da meta-análise quantitativa ficaria prejudicada, recorrendo-se à chamada meta-análise qualitativa.

Pinto (2013) afirma que a meta-análise qualitativa é uma integração interpretativa de resultados qualitativos, os quais são, dentro de seus próprios estudos, a síntese interpretativa de dados, inclusos a teoria fundamentada e outras características da pesquisa. Essa integração dos resultados qualitativos vai além da tão somente soma destes, pois oferece nova interpretação dos resultados obtidos anteriormente, sob uma visão global do estudo. Considera que a estrutura da meta-análise qualitativa deve ser aplicada do modo mais rigoroso possível. Ainda, destaca que os primeiros pesquisadores que utilizaram o termo meta-análise qualitativa foram Stern e Harris no ano de 1985 na área de educação. Zimmer (2006), por sua vez, utilizando o termo metassíntese qualitativa, destaca que a pesquisa qualitativa aumenta a contribuição das descobertas qualitativas para o desenvolvimento de um conhecimento mais formalizado.

Rodrigues (2002) considera que enquanto meta-análises quantitativas utilizam instrumentos da estatística inferencial, tendo por fim a generalidade dos resultados obtidos, a meta-análise qualitativa busca identificar semelhanças e diferenças em uma quantidade de estudos da mesma área de pesquisa, tratando-se

de um processo de descrição interpretativa, orientado por determinadas teorias, com a finalidade de chegar a um resultado mais preciso do desenvolvimento da pesquisa.

Bicudo (2014) considera a meta-análise um procedimento de estudo importante para pesquisas qualitativas, pois possibilita maior visibilidade a inúmeras pesquisas, possibilitando a sintetização de estudos qualitativos para chegar a resultados analíticos relevantes e propiciando a teorização de temas que estão sendo investigados. Considera que o objetivo não é obter apenas uma unidade das diferentes análises, tampouco a generalização destas, mas sim compreender o objetivo do estudo e como este se dá, analisando sua consistência e coerência entre a problemática, o tema investigado, os procedimentos de pesquisa e as interpretações que foram efetuadas. Ainda, a autora entende que a meta-análise é uma investigação que vai além daquelas que já foram realizadas e, no caso das que seguem uma modalidade interpretativa, é efetuada a interpretação das interpretações das pesquisas selecionadas dessa análise.

Severino (2002) considera que na análise interpretativa busca-se sintetizar as ideias, raciocínio e a compreensão de um texto, não se prendendo à mensagem estrita do texto, ampliando o entendimento na fecundidade das ideias que foram expostas, combinando com as demais. O autor considera que na leitura analítica, a fim de favorecer a compreensão do significado e interpretação crítica do texto, além do desenvolvimento de estudos dirigidos e confecção de resenhas, é importante seguir um processo básico, qual seja: a delimitação da unidade de leitura (subdivisões do texto, como um capítulo, por exemplo), análise textual (análise das unidades de leitura, buscando a visão do conjunto e estrutura redacional), análise temática (busca pela problemática, ideia central e estrutura lógica do texto), análise interpretativa (discussão, comparação e reflexão sobre os resultados das pesquisas, encontrando evidências para responder as questões buscadas), problematização (discussão do texto, levantando e debatendo questões implícitas e explícitas) e síntese pessoal (elaboração de redação, reflexões e discussões pessoais). Por fim, julga o texto considerando sua coerência interna e, também, sua originalidade, alcance, validade e contribuição sobre o problema levantado. Considera-se, ainda, que o processo de análise pode ocorrer segundo um percurso de análise vertical, em que cada categoria é analisada de forma separada, e segundo um percurso de análise horizontal, em que todas as categorias são analisadas em conjunto ao considerar-se uma determinada situação.

Segundo Castro (2001), os passos para uma meta-análise qualitativa clássica são determinados em duas publicações complementares: Cochrane Handbook, produzido pela Colaboração Cochrane, e CDR Report 4, produzido pelo Centre for Reviews and Dissemination, University of York. São sete passos a serem seguidos, conforme segue: formulação da pergunta, localização e seleção dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta dos dados, análise e apresentação dos dados, interpretação dos dados e aprimoramento e atualização da meta-análise. Para tanto, tanto o autor como Pinto (2013) destacam a importância da revisão sistemática ao se proceder a uma meta-análise qualitativa.

Fiorentini (2011) considera a meta-análise qualitativa como uma revisão sistemática de um número reduzido de pesquisas qualitativas. Ainda, afirma que se caracteriza pela realização de análises aprofundadas e com resultados amplos e gerais, obtidos por integrações, contrastes e cruzamentos de dados.

É importante destacar De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011), os quais afirmam que a revisão sistemática é uma metodologia rigorosa proposta para identificar estudos sobre determinados temas, com a aplicação de métodos sistematizados de busca, avaliando a qualidade dos estudos e sua validade, diferindo da revisão tradicional ou revisão narrativa da literatura, pois é mais pontual e exige um protocolo rigoroso de busca e seleção dos estudos, sua avaliação, síntese e interpretação dos resultados. Esclarece que a revisão sistemática pode estar ancorada tanto em pesquisas qualitativas, quanto quantitativas, dependendo do objetivo e problema de pesquisa, e os resultados podem ser apresentados na forma de síntese, análise ou conclusão.

Sampaio e Mancini (2006), ao definirem o método da revisão sistemática, assinalam cinco passos: definição da pergunta, busca da evidência, revisão e seleção de estudos, análise da qualidade metodológica dos estudos e apresentação dos resultados. Considera que na definição da pergunta requer-se uma pergunta bem formulada e clara. Na busca da evidência, definem-se termos ou palavras-chaves, estratégias de busca, definição de bases de dados e outras fontes de informação. Na revisão e seleção de estudos, avaliam-se, inicialmente, os títulos e resumos, estabelecendo-se critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, considerando o tempo de busca, população-alvo, intervenções, mensuração das conclusões de interesse, critérios da metodologia, idioma dos estudos e análise das discordâncias. Na análise da qualidade metodológica considera-se a validade dos

estudos incluídos, analisando os instrumentos de mensuração, métodos de investigação e análise estatística. Na apresentação dos resultados, os artigos que foram incluídos na revisão sistemática podem ser apresentados em quadros destacando suas principais características, como segue: ano de publicação, autores, metodologia, amostra, grupos de comparação, protocolo de intervenção, variáveis dependentes e principais resultados obtidos. Salaria que é importante detalhar as estratégias de busca e como os estudos foram selecionados para inclusão na revisão.

### 3 METODOLOGIA

Esse estudo se caracteriza como documental, mais especificamente uma meta-análise qualitativa, em que se procura realizar, inicialmente, uma revisão sistemática de várias pesquisas, com a finalidade de produzir uma síntese das produções, análise de características do estudo, da metodologia, da técnica, dos objetivos e dos resultados, comparando, por fim, as diferenças e semelhanças entre os trabalhos e o panorama geral da pesquisa.

A estrutura da meta-análise qualitativa proposta neste trabalho seguiu o que propuseram como roteiro Castro (2001), Cooper (2010), Irwig (1994) e Dinnes (2005). Sendo assim, inicialmente, formulou-se o problema de pesquisa, realizou-se a busca de estudos em várias bases de dados e foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, avaliando sua qualidade e pertinência. Na sequência, foram selecionados os estudos, feita a análise destes e a síntese dos resultados obtidos, conforme a variável estabelecida para cada análise. Por fim, os dados coletados foram interpretados e realizou-se a apresentação dos resultados, evidenciando as diferentes categorias de estudos, as similaridades, particularidades, divergências e frequência dos trabalhos.

O objetivo principal deste trabalho é acompanhar o percurso e evolução da pesquisa científica relacionada à Economia do Crime no Brasil, a partir de 1997, que foi a data em que foi encontrado o primeiro trabalho sobre o tema nesta pesquisa, estabelecer suas características, variáveis estudadas, metodologia e resultados obtidos, além de avaliar o seu estágio atual, podendo-se com isso debater a eficiência das pesquisas, limitações e possíveis alternativas de estudos.

Durante a fase de busca, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão e seleção das pesquisas, procedeu-se como proposto por Sampaio e Mancini (2006) no que se refere à revisão sistemática, principalmente na estratégia de busca, análise da qualidade metodológica e seleção dos estudos. Sendo assim, avaliaram-se as pesquisas que continham a problemática bem formulada e relacionada com a área da Economia do Crime. Os termos e palavras-chaves definidos na busca relacionaram-se à temática citada, tendo como estratégia a localização de estudos com concentração no ramo da Economia, sendo definidos os bancos de dados do sítio eletrônico da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), contendo o Catálogo de Teses e Dissertações e

CAPES Periódicos, da Scielo (Scientific Electronic Library Online), da BBTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do Google Acadêmico. Com relação à seleção dos estudos, os critérios de inclusão e exclusão foram definidos conforme a relação que os títulos, resumos, palavras-chaves e variáveis analisadas (dependentes e explicativas) tinham com o tema Criminalidade sob o foco da Economia do Crime, sendo citados o modelo proposto por Becker (1968). Foram considerados apenas estudos nacionais e datados a partir de 1997, que foi o ano da primeira pesquisa selecionada neste trabalho.

Posteriormente, realizou-se a síntese dos dados obtidos, segundo a avaliação de cada variável estabelecida para a meta-análise, a interpretação dos dados coletados e a apresentação e avaliação dos resultados, segundo as características do estudo, características metodológicas, características técnicas e comparação dos resultados. Para tanto, necessário foi obter de cada estudo dados como: tipos de crimes analisados, estratégia de pesquisa, perspectiva temporal, classificação da pesquisa, natureza dos dados, instrumento de coleta de dados, tratamento dos dados, banco de dados, unidades de análise, localidade da amostra, período avaliado, resultados e conclusões. Com essas informações, serão consideradas as semelhanças e diferenças entre as pesquisas, a fim de procurar evidências sobre a efetividade da pesquisa nacional, a correta especificação dos trabalhos e se os resultados condizem de fato com a realidade.

### 3.1 BUSCA, IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DAS PESQUISAS

Definiu-se como tipos de pesquisas: artigos científicos, dissertações e teses, a fim de efetuar a meta-análise dos referidos estudos. A busca, identificação e seleção das pesquisas seguiram algumas etapas, iniciando pela definição do período e locais de busca (bancos de dados). Na sequência, foi definido o caminho e os critérios de busca, indicando-se os momentos desta busca, em que foram utilizadas expressões específicas como filtro de pesquisa, e avaliaram-se a área de concentração, os títulos, palavras-chaves, problemática, resumos e conclusões, devendo, necessariamente, estarem relacionados com a Economia do Crime e serem estudos nacionais.

### 3.1.1 O período e local de busca

A fim de se proceder a uma busca efetiva, que abrangesse todos os estudos nacionais na área da Economia do Crime, foram definidos os seguintes bancos de dados para as consultas: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (<http://catalogodeteses.capes.gov.br>), BBTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - <http://bdtd.ibict.br>), Periódicos CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), SciELO (<http://www.scielo.org>), IPEA (<http://www.ipea.gov.br>) e Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>).

O período analisado foi de 1997 a 2017, a fim de analisar a produção científica sobre o tema nos últimos 20 anos. O início do período de análise se deu em 1997, pois foi o ano em que se catalogou a primeira pesquisa nacional referente à Economia do Crime.

### 3.1.2 Momentos de busca

A busca e seleção dos trabalhos a serem utilizados na meta-análise seguiu uma sequência, conforme o método da revisão sistemática proposto por Sampaio e Mancini (2006), estabelecendo-se critérios para a referida busca e seleção dos trabalhos. Ao utilizar este método, foi criado um protocolo de pesquisa, definindo onde seriam encontrados os estudos e como estes seriam selecionados, sendo todas as pesquisas escolhidas relacionadas com a área das Ciências Econômicas e especificamente com a Economia do Crime.

Dentre diversas combinações de expressões de busca testadas, "Economia do Crime", "Economia", "crime" e "criminalidade", foram as que mais se ajustaram na busca inicial dos trabalhos, desta forma foram escolhidas como filtro inicial de busca em todos os bancos de dados, quais sejam: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, BBTD, Periódicos CAPES, SciELO, IPEA e Google Acadêmico. É importante destacar que cada banco de dados possui um tipo particular de busca e de filtros, portanto foi necessário realizar ajustes específicos em cada um deles, a fim de retornarem os resultados mais efetivos para a pesquisa.

No portal Catálogo de Teses e Dissertações CAPES procedeu-se da seguinte forma: inicialmente, efetuou-se a busca pelas expressões anteriormente citadas, obtendo-se um total de 60.059 trabalhos. Na sequência, no item “tipo” foram

selecionadas as dissertações e teses. A Grande Área do Conhecimento selecionada foi “Ciências Sociais Aplicadas”. A Área de Avaliação selecionada foi “Economia”. A Área do Conhecimento, Área de Concentração e Nome do Programa selecionados foram os que possuíam relação com a área das Ciências Econômicas. Por fim, após a aplicação de todos estes filtros, além da análise dos títulos, palavras-chave e resumos que guardassem relação com a Economia do Crime, foram selecionados 109 trabalhos.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), inicialmente foram feitas buscas utilizando as expressões "Economia do Crime", "Economia", "crime" e "criminalidade", porém os melhores resultados se deram fazendo uma busca simples apenas pela expressão “Economia do Crime”, obtendo-se 781 pesquisas, entre teses e dissertações. Ao efetuar a busca pela mesma expressão, porém de forma restrita, chegou-se ao resultado de 62 trabalhos, as quais continham o tema pretendido no título ou no assunto. No entanto, todas as pesquisas selecionadas já constavam no banco de dados do portal Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, portanto não foram repetidas, a fim de não haver duplicação de trabalhos.

No portal Periódicos CAPES, inicialmente, efetuou-se a busca dos artigos pela expressão “Economia do Crime”, obtendo 2.592 artigos. Sequencialmente a expressão foi restringida, sendo feito o mesmo com a expressão "Teoria Econômica do Crime" e combinando as expressões "Economia", “crime” e “criminalidade”, a fim de retornarem os melhores resultados e que tivessem relação pontual com a Economia do Crime. Por fim, foi feita a análise dos títulos e resumos que tinham pertinência com a temática buscada, sendo selecionados 11 trabalhos.

No portal SciELO efetuou-se a busca dos artigos pela combinação das expressões: “Economia do Crime”, “Economia”, “crime” e “criminalidade”, obtendo-se um total de 2.099 artigos. Na sequência, foram selecionados estudos nacionais, com área temática das Ciências Sociais Aplicadas e especificamente sobre Economia. Depois de analisados os títulos e resumos sob o filtro de estarem relacionados à Economia do Crime, houve a seleção de 7 trabalhos.

No portal do IPEA, foram combinados os termos “Economia do Crime”, “Economia”, “crime” e “criminalidade” na consulta dos artigos publicados, tendo a expressão “crime” retornado 122 resultados. Depois de lidos os títulos, resumos e palavras-chaves, foram incluídas 13 pesquisas que atendiam a proposta inicial.



No Google Acadêmico, foram feitas busca utilizando as expressões “Economia do Crime”, “Economia”, “crime” e “criminalidade”, resultando em 618 trabalhos. Na sequência foi feita a leitura dos títulos e palavras-chaves, excluindo-se artigos repetidos. Por fim, foram selecionados 113 trabalhos, que possuíam relação direta com a temática buscada nesta dissertação.

Sendo assim, foram catalogados, inicialmente, 253 trabalhos relativos à Economia do Crime, conforme a TABELA 1, sendo o próximo passo a busca e análise dos documentos com seu conteúdo na íntegra.

TABELA 1 – MOMENTOS DE BUSCA

<b>Bancos de dados</b>	<b>Total de Pesquisas</b>	<b>Catalogadas</b>
Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	60059	109
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	781	0
Periódicos CAPES	2592	11
Scientific Electronic Library Online	2099	7
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	122	13
Google Acadêmico	618	113
<b>TOTAL</b>	<b>66271</b>	<b>253</b>

FONTE: O autor (ano).

### 3.1.3 Seleção das pesquisas para meta-análise

Logo após o levantamento das pesquisas a partir da busca efetuada nos bancos de dados do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Periódicos CAPES, SciELO, IPEA e Google Acadêmico, conforme constou nos momentos de busca, procedeu-se à identificação e escolha dos trabalhos, sobre os quais se realizou a meta-análise em questão.

Finalizadas as etapas de busca e formulados os critérios de seleção dos trabalhos, foram escolhidos os que atendiam à proposta da investigação, ou seja, todos os relacionados com as Ciências Econômicas e que tratavam sobre a área da Economia do Crime, sendo excluídos os que não tinham pertinência com o proposto. Na sequência, a fim de estabelecer novo filtro para a seleção das pesquisas, analisaram-se os termos, palavras-chaves, títulos e resumos de forma criteriosa, devendo todos eles possuir relação com a temática da Economia do Crime, inclusive os estudos citaram Becker (1968), precursor da pesquisa econômica do crime.

Salienta-se que, embora o número inicial de trabalhos tenha sido elevado nas buscas iniciais, devido aos bancos de dados retornarem resultados bastante generalizados, ao aplicar os filtros supracitados, as pesquisas foram restringidas pontualmente a um número consideravelmente menor. Ademais, ao analisar os títulos, palavras-chave, resumos e a área de conhecimento dos trabalhos, esse número se reduziu ainda mais, pois foram selecionadas apenas as pesquisas diretamente relacionadas com a área da Econômica do Crime, sendo excluídas todas que não tivessem relação com temas envolvendo segurança pública.

Durante as buscas nos bancos de dados em questão, constatou-se que 15 trabalhos (2 teses, 8 dissertações e 5 artigos científicos) estavam indisponíveis para consulta, podendo ser consultados apenas seus resumos, assim foram desconsiderados nesta pesquisa. A TABELA 2 apresenta os referidos trabalhos:

TABELA 2 – PESQUISAS INDISPONÍVEIS

Pesquisas	Tipo	Ano
CARRERA-FERNANDEZ, J.; PEREIRA, R. A economia do crime: uma abordagem a partir da região policial da grande São Paulo	Artigo	2002
SHIKIDA, P. F. A. Um estudo de caso sobre o perfil socioeconômico de migrantes rurais que praticaram crimes de natureza econômica	Artigo	2003
MATTA, R. A.; ANDRADE, M. V. A model of local crime displacement. international review of law and economics	Artigo	2011
SHIKIDA, P. F. A.; AMARAL, T. B. Análise econômica do crime	Artigo	2012
JORGE, M. A. Uma abordagem da Economia do crime para a violência em Sergipe	Artigo	2012
ARAÚJO JR., A. F. Crime e economia no Brasil: dois ensaios empíricos	Dissertação	2001
MENDES, L. F. M. Crime e interação social: um estudo de caso	Dissertação	2002
SANTOS, M. J. Uma abordagem econômica da criminalidade no Brasil	Dissertação	2006
MATTA, R. A. A intervenção pública na criminalidade: uma avaliação considerando a dimensão espacial	Dissertação	2006
SOUZA, M.C. Um modelo econômico do crime em Minas Gerais	Dissertação	2008
SILVA, A. C. M. Determinantes da criminalidade	Dissertação	2011
JUNQUEIRA, C. A. C. Análise do impacto das políticas de segurança nas taxas de criminalidade do estado do Rio de Janeiro	Dissertação	2015
GUERRA JR., M. B. A estrutura social do crime e o spillover espacial do policiamento: o caso de Fortaleza, Brasil	Dissertação	2016
GUIMARÃES, R. O. Determinantes socioeconômicos da violência entre jovens – um estudo das regiões metropolitanas brasileiras	Tese	2009
PEREIRA, R. Violência, PIB per capita e mudanças climáticas	Tese	2017

FONTE: O autor (ano).

O objetivo dessa etapa foi, além de selecionar os trabalhos com seu conteúdo completo, dinamizar o processo de seleção, trazer mais objetividade e selecionar as pesquisas que atendessem ao que foi proposto, segundo a criteriosa revisão sistemática do conteúdo. Sendo assim, no portal Catálogo de Teses e Dissertações CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD) foram selecionadas 99 pesquisas (20 teses e 79 dissertações); nos portais Periódicos CAPES, SciELO, IPEA e Google Acadêmico foram selecionados 139 artigos científicos publicados. Sendo assim, ao total foram selecionadas 238 pesquisas relativas à Economia do Crime, conforme a TABELA 3:

TABELA 3 – PESQUISAS SELECIONADAS

<b>Bancos de dados</b>	<b>Catalogadas</b>	<b>Selecionadas</b>
Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	109	99
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	0	0
Periódicos CAPES	11	11
Scientific Electronic Library Online	7	7
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	13	13
Google Acadêmico	113	108
<b>TOTAL</b>	<b>253</b>	<b>238</b>

FONTE: O autor (ano).

### 3.2 VARIÁVEIS DE PESQUISA

As variáveis analisadas nesta pesquisa foram divididas, para melhor compreensão, em quatro grupos: características do estudo, características metodológicas, características técnicas e comparação dos resultados.

#### 3.2.1 Características do estudo

As características do estudo referem-se à identificação da pesquisa, mais especificamente ao tipo de publicação, ano da publicação, temática estudada na Economia do Crime, crimes analisados, autores principais, afiliação acadêmica do autor principal, titulação do autor principal e eventos ou periódicos em que os estudos foram publicados.

Esta parte é importante para destacar os estudos ao longo do período, situar a temática, os crimes, os principais estudiosos, bem como salientar a importância formal do trabalho.

#### 3.2.1.1 Tipo de publicação

Essa categorização fez-se necessária a fim de estabelecer distinção entre as publicações, esclarecendo quais são as normalmente utilizadas nas pesquisas. Para tanto, foram considerados nesta dissertação os tipos: artigo científico, dissertação de Mestrado e tese de doutorado.

#### 3.2.1.2 Ano da publicação

O ano da publicação compreende o período em análise desta pesquisa, ou seja, 1997 a 2017. Esse período foi estabelecido não só para delimitar a base de dados, levando em conta que nesta dissertação contém toda a pesquisa nacional (teses, dissertações e artigos científicos publicados) da Economia do Crime até o ano de 2017, mas também para observar o percurso da pesquisa, a variação e a evolução do número de produções conforme os anos, além de observar se houve fortalecimento da pesquisa referente a essa temática.

#### 3.2.1.3 Temáticas estudadas na Economia do Crime

Com relação à temática estudada na Economia do Crime, procura-se aqui evidenciar o contexto da pesquisa e seus direcionamentos, tendo em vista que o tema ainda é recente no campo da Economia e não há o estabelecimento de nenhum parâmetro ou delimitação da temática, observando-se várias linhas de estudo, várias temáticas, além de relações específicas conforme o entendimento de cada pesquisador.

Em geral, a pesquisa econômica referente à criminalidade concentra-se nas variáveis socioeconômicas e demográficas, porém outras vertentes aparecem dependendo da pesquisa, como gastos públicos, políticas públicas, segurança pública, entre outras.

#### 3.2.1.4 Crimes analisados

Esta variável tem a finalidade de identificar os crimes analisados nos estudos. Em geral, entende-se por taxa de criminalidade o número de homicídios por 100 mil habitantes, servindo esta variável, muitas vezes, como *proxy* para todos os crimes, embora não reflita a particularidade de cada ação criminosa. Evidentemente que a teoria econômica do crime vai além e estuda diversos outros crimes, principalmente o tráfico de drogas, o roubo e o furto. Segundo a legislação brasileira:

- a) Homicídio (Art. 121 do Código Penal) consiste em matar alguém;
- b) Tráfico de substâncias entorpecentes (Art. 33 da Lei nº 11.343/2006) consiste em importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas em desacordo com a lei;
- c) Roubo (Art. 157 do Código Penal) consiste em subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência;
- d) Furto (Art. 155 do Código Penal) consiste em subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

#### 3.2.1.5 Autores mais profícuos

A referida variável tem a intenção de evidenciar os autores que mais tiveram publicações sobre a temática da Economia do Crime, no período em análise. O objetivo disso é identificar e avaliar os autores que mais contribuíram para o campo deste estudo, sua especialização na temática e sua influência.

#### 3.2.1.6 Afiliação acadêmica do autor principal

Neste item observa-se a afiliação acadêmica do principal autor da pesquisa, tendo como fim identificar as instituições que mais concentram pesquisas referentes à temática em questão, bem como em quais localidades esta temática tem sido mais abordada.

### 3.2.1.7 Titulação do autor principal

A titulação do primeiro autor visa destacar a produção de estudos de acordo com o nível ou grau de estudo do pesquisador, identificando-se se os materiais publicados vêm de programas de doutorado e mestrado ou de pesquisas individuais. Para tanto, considerou-se os seguintes parâmetros: PHD/Doutor, mestre ou graduado.

### 3.2.1.8 Eventos ou periódicos em que os estudos foram publicados

Este item tem a finalidade de identificar os eventos ou periódicos publicadores mais importantes da pesquisa nacional que abordam a temática da Economia do crime. Assim, procurou-se destacar as revistas, periódicos ou instituições que mais publicaram estudos.

## 3.2.2 Características metodológicas

As características metodológicas referem-se aos processos ou métodos utilizados para a análise principal dos estudos selecionados. Com base em Fontelles et al (2009) e Augusto et al.(2013), foram considerados os métodos de pesquisa predominantes como: estratégia de pesquisa (exploratória, descritiva e explicativa), perspectiva temporal (transversal e longitudinal), classificação da pesquisa (quantitativa e qualitativa), natureza dos dados (primários e secundários), instrumento de coleta de dados (análise documental, entrevista, questionário, observação e pesquisa bibliográfica), tratamento dos dados (análise de conteúdo, análise de discurso e análise estatística) e bancos de dados utilizados.

### 3.2.2.1 Estratégia de pesquisa

Com base nos estudos citados, neste item foram definidos como estratégia de pesquisa: a exploratória, a descritiva e a explicativa. A pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa muito específica que tem o fim de familiarizar o autor com um assunto pouco conhecido ou explorado. A pesquisa descritiva descreve criteriosamente os fatos de determinada realidade, sendo o assunto da pesquisa já conhecido e relacionado com dados obtidos em questionário. A pesquisa explicativa,

por sua vez, guarda uma relação de causa-efeito, sendo geralmente pesquisas quantitativas.

#### 3.2.2.2 Perspectiva temporal

A perspectiva temporal define o corte do estudo no tempo em longitudinal ou transversal. A diferença entre as perspectivas transversal e longitudinal é o intervalo de tempo que o pesquisador utiliza para a condução da pesquisa. No estudo transversal (*cross section*), a pesquisa é realizada em um curto período de tempo, pontualmente. A pesquisa longitudinal (dados em painel) consiste na utilização de dados de uma mesma amostra através do tempo, refletindo, geralmente, a variação de determinada variável ao longo do período.

#### 3.2.2.3 Classificação da pesquisa

A classificação da pesquisa neste trabalho foi separada em quantitativa e qualitativa. A primeira trabalha com variáveis expressas sob a forma de dados numéricos e emprega técnicas estatísticas mais bem elaboradas. A pesquisa qualitativa, por sua vez, procura entender fenômenos específicos e o caráter subjetivo dos trabalhos.

#### 3.2.2.4 Natureza dos dados

Com relação à natureza dos dados, estes foram separados em primários e secundários. Os dados primários são aqueles que possuem alguma relação direta com os fatos em questão, tendo sido coletados especificamente para determinada investigação. Os dados secundários referem-se às informações que não possuem uma relação direta com os fatos em questão, já tendo sido coletados e trabalhados por outrem.

#### 3.2.2.5 Instrumentos de coleta de dados

Referentes aos instrumentos de coleta de dados, estes foram diferenciados em análise documental, entrevista, questionário, observação e pesquisa bibliográfica. A análise documental é uma pesquisa que tem o levantamento de

documentos ou dados como base. A entrevista e questionário buscam uma informação mais fidedigna sobre quem se investiga, enquanto a pesquisa bibliográfica busca informações em outros trabalhos, como artigos e livros.

#### 3.2.2.6 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados considerado nesse trabalho são: análise de conteúdo, análise de discurso e análise estatística. A análise de conteúdo é aquela em que o pesquisador recorre aos trabalhos bibliográficos para formular suas conclusões. A análise de discurso tem enfoque tanto na forma quanto no significado embutido no texto. A análise estatística, por sua vez, é a mais presente na Economia do Crime, fazendo parte de quase a totalidade dos estudos.

#### 3.2.2.7 Bancos de dados utilizados

Essa variável está relacionada aos bancos de dados utilizados pelos pesquisadores, ou seja, de onde retiraram os dados para a realização de suas pesquisas, os quais, em geral, são obtidos através do IBGE, IPEA, DATASUS e Secretarias de Segurança Pública.

#### 3.2.3 Características técnicas

As características técnicas são aquelas inerentes à população, à amostra e aos seus direcionamentos de pesquisa. Referem-se diretamente aos dados e a amostra coletados, sendo separados em: unidade de análise, localidade da amostra e período da amostra.

##### 3.2.3.1 Unidades de análise

As unidades de análise estão relacionadas diretamente aos objetos da pesquisa, a quem ela se refere ou sobre quem se refere. Neste trabalho, consideraram-se unidades de análise, em geral: as variáveis socioeconômicas, demográficas, relacionadas à políticas públicas, à segurança pública, entre outras.



### 3.2.3.2 Localidade da amostra

Nesta variável foram consideradas as localidades referentes às amostras dos trabalhos, que foram divididas em: Brasil, estados ou municípios. Observa-se que as localidades podem apresentar características específicas, além de que, dependendo se os dados e a localidade forem muito abrangentes, as particularidades de cada região podem não ficar bem definidas e acabar prejudicando a confiabilidade dos resultados.

### 3.2.3.3 Período da amostra

Nesta variável foi considerado o período de tempo referente à amostra, podendo ser em um determinado ano, como nas pesquisas de perspectiva temporal transversal, ou em um período de tempo específico, como nas pesquisas de perspectiva longitudinal.

### 3.2.3.4 Comparação dos resultados das pesquisas

Esta variável diz respeito aos resultados e conclusões encontrados nas pesquisas selecionadas nesta dissertação. Nesta parte constam as devidas relações da criminalidade com as temáticas existentes, bem como metodologias e técnicas empregados e particularidades das amostras. Ao fim poder-se-á notar as semelhanças e diferenças entre as conclusões a que chegaram as pesquisas, se há muitas controvérsias ou divergências entre os estudos no campo da pesquisa nacional da Economia do Crime como um todo e o motivo para tal.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECONOMIA DO CRIME NO BRASIL

A produção da Economia do Crime no Brasil foi identificada como tendo início em 1997, ano em que se catalogou a primeira pesquisa sobre o tema. Nesta dissertação, foram selecionadas, conforme os critérios definidos na metodologia, todas as pesquisas publicadas no período de 1997 a 2017, constituindo-se em 139 artigos científicos, 20 teses de doutorado e 79 dissertações de mestrado, consultadas através do portal Catálogo de Teses e Dissertações CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Google Acadêmico, totalizando 238 trabalhos.

#### 4.1.1 Características do estudo

Nesta primeira parte, foram catalogados o tipo de publicação, ano da publicação, temática estudada na Economia do Crime, crimes analisados, autores principais, afiliação acadêmica do autor principal, titulação do autor principal e eventos ou periódicos em que os estudos foram publicados, a fim de entender a evolução das pesquisas no período.

##### 4.1.1.1 Tipo de publicação

A TABELA 4 apresenta o total de pesquisas referentes à Economia do Crime no período em questão, conforme o tipo de publicação, pesquisas estas selecionadas conforme os critérios de inclusão anteriormente citados.

Do total de 238 trabalhos, 139 são artigos científicos, 20 são teses de doutorado e 79 são dissertações de mestrado, evidenciando a importância do meio acadêmico, onde foram produzidos e publicados um número considerável de trabalhos na área da Economia do Crime, totalizando 41,6% de toda a pesquisa, representada pelas teses e dissertações.

TABELA 4 – TIPO DE PUBLICAÇÃO

<b>Tipo de publicação</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Artigos Científicos	139	58,40
Teses	20	8,40
Dissertações	79	33,2
<b>TOTAL</b>	<b>238</b>	<b>100</b>

FONTE: Dados primários de pesquisa

#### 4.1.1.2 Ano da publicação

Ao observar as pesquisas, conforme o critério do ano da publicação, evidencia-se a evolução da Economia do Crime durante o período, sendo que nos primeiros 10 anos (1997 – 2006) houve 45 trabalhos publicados, tendo mais que quadruplicada a produção entre 2007 a 2017 (193 pesquisas), com destaque para os dois últimos anos, em que houve um aumento considerável do número de produções em programas de mestrado e doutorado, como pode se observar na TABELA 5.

Salienta-se que, nos anos de 1998 e 1999, não houve nenhuma publicação e que as teses de doutorado só começaram a ser publicadas no ano de 2007 e em um número reduzido, mantendo-se, de certa forma, constante na maior parte do período, tendo um salto apenas no ano de 2017, ano em que houve 6 publicações.

TABELA 5 – ANO DA PUBLICAÇÃO

<b>Ano</b>	<b>Artigos</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Total</b>
1997	0	0	1	1
1998	0	0	0	0
1999	0	0	0	0
2000	2	0	0	2
2001	4	0	1	5
2002	4	0	0	4
2003	9	0	2	11
2004	5	0	1	6
2005	7	0	2	9
2006	2	0	5	7
2007	9	1	7	17
2008	9	1	5	15
2009	7	1	4	12
2010	10	1	4	15
2011	12	3	2	17

<b>Ano</b>	<b>Artigos</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Total</b>
2012	9	1	5	15
2013	8	2	6	16
2014	10	2	6	18
2015	10	1	4	15
2016	12	1	10	23
2017	10	6	14	30
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>	<b>20</b>	<b>79</b>	<b>238</b>

FONTE: Dados primários de pesquisa

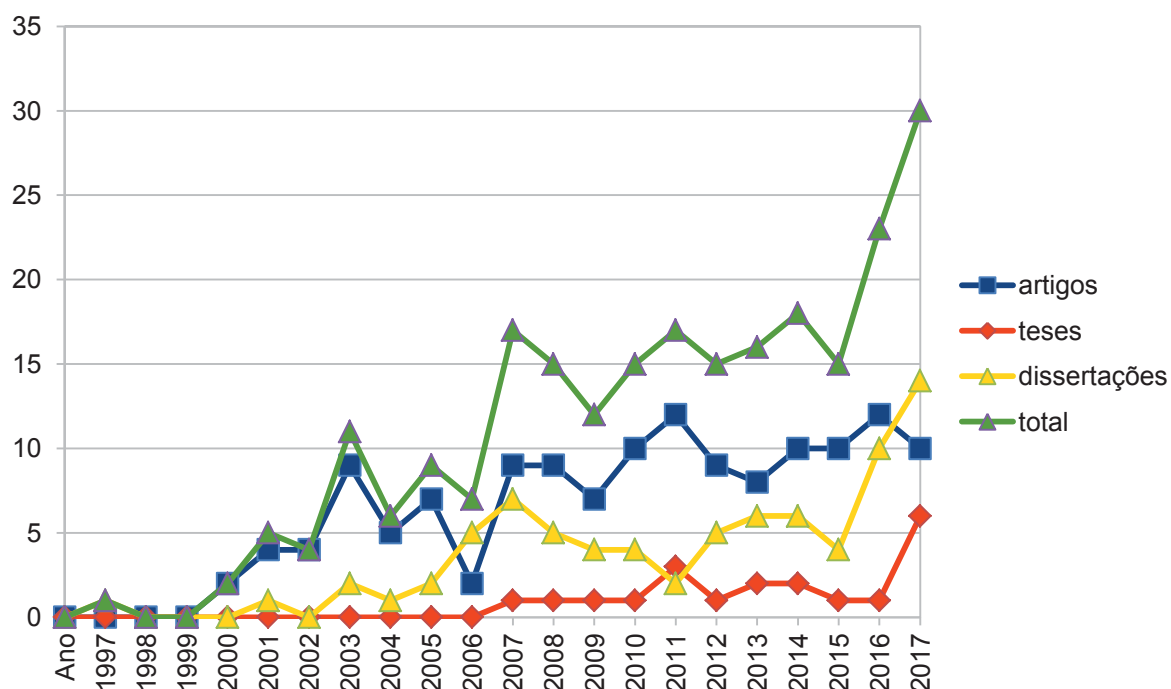
O GRÁFICO 1 ilustra a elevação que houve de publicações, principalmente na última década. Este aumento pode estar relacionado à maior disponibilização de dados oficiais, em especial aos de segurança pública, à população, além da melhora na confiabilidade destes.

Alguns artigos analisados apontaram como principais limitações de suas pesquisas o fato de algumas amostras serem reduzidas (SCHAEFER E SHIKIDA, 2001; ENGEL E SHIKIDA, 2003; MURTA, ARAÚJO JR. E SHIKIDA, 2008; PINTO, CORONEL E FILHO, 2016), haver carência de dados (ANDRADE E LISBOA, 2000; FAJNZYLBER E ARAÚJO JR., 2001; ANDRADE et al., 2003; FRANCO, 2016), bem como existir questionamentos quanto à confiabilidade destes (SANTOS E KASSOUF, 2008; CERQUEIRA E LOBÃO, 2004).

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado do Paraná, por exemplo, começou a disponibilizar seus dados oficiais apenas a partir do ano de 2007. Vale destacar, também, que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que contém dados oficiais de segurança pública dos estados da federação e suas capitais, teve sua primeira publicação apenas no ano de 2007.

Outra explicação do aumento pode estar relacionada com a criação e o aperfeiçoamento das ferramentas de buscas de pesquisas (Google Acadêmico passou a disponibilizar pesquisas na língua portuguesa apenas a partir de 2006), bem como na melhora na alimentação das bases de dados e maior participação das instituições de ensino superior em catalogar suas produções, o que facilita e estimula o trabalho de novos pesquisadores. Salienta-se, também, a importância que a temática da segurança pública representou nos últimos anos, o que pode ter provocado a busca de explicações por meio das Ciências Econômicas.

GRÁFICO 1 – ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES PUBLICADOS DE 1997 - 2017



FONTE: O autor (2018).

#### 4.1.1.3 Temáticas estudadas na Economia do Crime

A fim de se observar qual tem sido o foco da pesquisa da Economia do Crime, é apresentada a TABELA 6, em que é possível observar os direcionamentos dos estudos. Fica claro que não há uma padronização das pesquisas, bem como há um campo vasto de estudo, o que abre a possibilidade de existirem inúmeros tipos de enfoques, de relações entre as variáveis e de resultados.

As temáticas são diversas e envolvem questões socioeconômicas, demográficas, de segurança pública, espaciais, de gastos públicos, de políticas públicas, envolvendo drogas, armas, entre outras, e a possível relação com determinados ilícitos penais. As variáveis específicas utilizadas em cada temática são diversas e serão detalhadas na sequência.

Salienta-se que, dependendo do trabalho, podem existir mais de uma temática abordada.

TABELA 6 – TEMÁTICAS ESTUDADAS NA ECONOMIA DO CRIME

<b>Temáticas</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Socioeconômica	157	65,97
Demográfica	84	35,29
Gastos públicos	41	17,23
Policial	32	13,45
Espacial	21	8,82
Drogas	20	8,40
Vitimização	18	7,56
Política Pública	16	6,72
Arma	15	6,30
Encarceramento	14	5,88
Inércia	12	5,04
Comportamental	10	4,20
Judiciário	6	2,52
Aluguel/preço imóveis	4	1,68

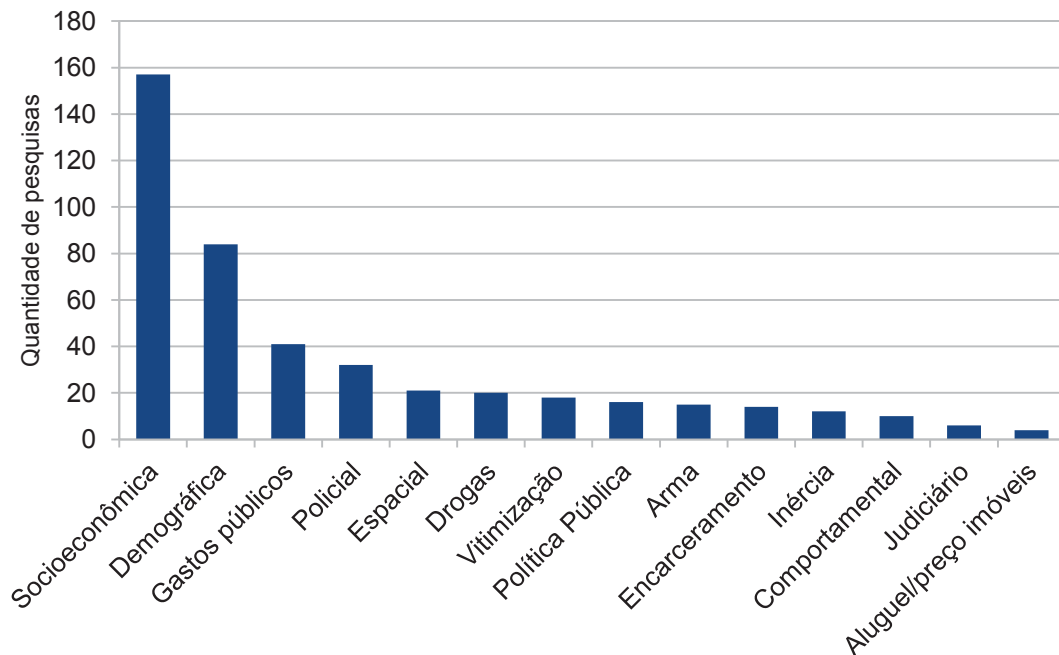
FONTE: Dados primários de pesquisa.

Obs.: Algumas pesquisas concentram mais de uma temática.

Observa-se que a maior parte das pesquisas abordam as temáticas socioeconômica e demográfica, estando a primeira presente em 65,97% das pesquisas e a segunda presente em 35,29%, as quais assumem destaque perante as demais, como pode se observar no GRÁFICO 2. Os trabalhos que abordam a temática socioeconômica, em geral, têm preferência pelas variáveis: desigualdade, renda, educação e emprego/desemprego, enquanto o número de jovens, urbanização e lares uniparentais com chefia feminina são as variáveis que mais aparecem nos estudos com temáticas demográficas, como poderá se observar mais a diante.

Cabe salientar que alguns dados de segurança pública, como efetivo policial, gastos públicos com segurança, prisões, armas de fogo e drogas apreendidas, embora importantes, não apresentam, em geral, facilidade para se realizar consultas, além de, muitas vezes, não apresentarem séries históricas longas e confiáveis para consulta, conforme pode se observar nas publicações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que apenas recentemente passou a disponibilizar informações mais detalhadas.

GRÁFICO 2 – TEMÁTICAS ESTUDADAS NA ECONOMIA DO CRIME



FONTE: O autor (2018).

#### 4.1.1.4 Crimes analisados

Os principais crimes analisados nos trabalhos são os homicídios e crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), que representam, individualmente, mais da metade de todos os trabalhos. A explicação da aparente preferência na utilização dos dados referentes aos homicídios está, possivelmente, no motivo de estes serem utilizados para se medir a taxa de criminalidade e violência, além de serem acessíveis em vários mecanismos de buscas e organizados por municípios e estados há vários anos pelo sistema DATASUS do Ministério da Saúde, o que facilita a utilização destes por parte dos pesquisadores.

Outra questão que põe em evidência estes crimes é pelo fato de serem destaques e refletirem bem o cenário de insegurança existente no Brasil, no entanto, é evidente a importância da teoria econômica do crime abordar outros tipos penais, em especial os crimes envolvendo o tráfico de drogas, que podem estar relacionados fortemente com grande parte dos homicídios no país. Cabe esclarecer que não são todos os trabalhos que abordam ilícitos penais, pois o campo da Economia do Crime é vasto, bem como, dependendo do trabalho, pode existir mais

de um tipo de crime analisado. Os crimes analisados nas pesquisas constam na TABELA 7:

TABELA 7 – CRIMES ANALISADOS

<b>Crimes</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Homicídios	162	68,07
Crimes contra o patrimônio	125	52,52
Tráfico/posse de drogas	45	18,91
Crimes em geral	18	7,56
Lesão	11	4,62
Outros (estelionato, extorsão, falsificação e ameaça)	11	4,62
Estupro	9	3,78
Latrocínio	9	3,78
Porte ilegal de arma de fogo	7	2,94
Sequestro	4	1,68
Violência doméstica	2	0,84

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Obs.: Algumas pesquisas concentram mais de um crime.

#### 4.1.1.5 Autores mais profícuos

Nessa parte são apresentados os autores mais profícuos no campo da Economia do crime, ou seja, os que mais publicaram pesquisas referentes a este campo de estudo, servindo como referência em grande parte dos demais trabalhos publicados na literatura nacional.

A maioria dos pesquisadores não constantes na tabela possuem apenas 1 pesquisa publicada. O autor com o maior número de trabalhos é o Prof. Dr. Pery Francisco Assis Shikida, com 21 pesquisas publicadas, seguido por Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, com 14 pesquisas.

Foram apresentados, conforme a TABELA 8, os 11 autores que mais produziram estudos no campo da Economia do Crime, sendo todos economistas, havendo entre estes 9 doutores e 2 mestres.



TABELA 8 – AUTORES MAIS PROFÍCUOS

<b>Autores</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
Pery Francisco Assis Shikida	21
Daniel Cerqueira	14
Ari Francisco de Araujo Junior	12
Marcelo Justus dos Santos	11
Salete Polônia Borilli	8
Mônica Viegas Andrade	8
Mário Jorge Cardoso de Mendonça	8
Adolfo Sachsida	8
Ana Lúcia Kassouf	8
Cristiano Aguiar de Oliveira	7
Waldir Jesus de Oliveira Lobão	7

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.1.6 Afiliação acadêmica do autor principal

A TABELA 9 levou em conta a afiliação dos autores das pesquisas, sendo considerado, no caso de haver mais de um autor em determinado trabalho, apenas a afiliação do principal.

Consta na tabela as 20 instituições com mais afiliações de autores, o que demonstra a importância das instituições de ensino superior na produção de pesquisas e conhecimento na área da Economia do Crime.

TABELA 9 – AFILIAÇÃO ACADÊMICA

<b>Instituição</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
IPEA	22
UNIOESTE	17
UFC	16
UFMG	13
FGV	13
USP	11
UFV	10
IBMEC	10
UFBA	9
UFRGS	9
UEPG	9
PUC RJ	8
UFPE	7
FURG	7
UFPR	5

<b>Instituição</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
UFF	5
UNESP	5
Unicamp	4
UNIPAR	4
UCB	3

FONTE: Dados primários de pesquisa.

A afiliação acadêmica pode demonstrar a abertura e aceitação da instituição para a pesquisa em determinada área, além de possível incentivo nesta produção. As instituições com maior produção, considerando seus principais pesquisadores, são: IPEA, UNIOESTE, UFC, UFMG, FGV e USP, que juntas representam 38,65% de todas as pesquisas.

#### 4.1.1.7 Titulação do autor principal

A titulação do autor principal representa o nível ou grau de estudo do pesquisador principal de cada trabalho, esclarecendo que foram considerados mestres os autores das dissertações publicadas, bem como doutores os que publicaram as teses.

Pode-se observar na TABELA 10 que os mestres representaram 57,98% e os doutores 35,71% de todos os pesquisadores, somando ambos 93,69%. Fica claro que mestres e doutores são os pesquisadores mais interessados e bem preparados para elaborar pesquisas para publicação no campo de estudo da Economia do Crime.

TABELA 10 – TITULAÇÃO DO AUTOR PRINCIPAL

<b>Titulação do autor principal</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Doutor	85	35,71
Mestre	138	57,98
Graduado	15	6,30
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.1.8 Eventos ou periódicos em que os estudos foram publicados

O evento em que mais teve artigos publicados na área da Economia do Crime foi o Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), seguido pelo IPEA e pela revista *Economic Analysis of Law Review*, conforme se observa na TABELA 11. No caso das instituições onde mais houve a produção de dissertações e teses, destaca-se a UFC com 12 pesquisas, a FGV com 10, a USP com 8, UFPE com 7 e a UFBA e PUC-RJ com 6 trabalhos cada. A UFPR teve duas dissertações publicadas no período de 1997 a 2017.

TABELA 11 – PRINCIPAIS EVENTOS OU PERIÓDICOS EM QUE OS ARTIGOS FORAM PUBLICADOS

<b>Evento / Periódico</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
Encontro Nacional de Economia - ANPEC	19
IPEA	16
Economic Analysis of Law Review - UCB	9
Revista EconomiA	5
Revista Análise Econômica - UFRGS	4
Revista Econômica do Nordeste	4
Revista de Economia e Administração	4
Revista Brasileira de Segurança Pública	3

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.2 Características metodológicas

As características metodológicas relacionam-se com o rigor da metodologia empregada nas pesquisas levantadas. Salienta-se que os aspectos metodológicos considerados aqui se referem apenas ao processo da coleta dos dados e avaliação principal que predomina nos assuntos, não englobam os processos primários de pesquisa, em especial o levantamento da bibliografia dos trabalhos. Conforme a metodologia desta dissertação, para determinar as características metodológicas foram escolhidas: estratégia de pesquisa, perspectiva temporal, classificação da pesquisa, natureza dos dados, instrumento de coleta de dados, tratamento dos dados e bancos de dados utilizados.

#### 4.1.2.1 Estratégia de pesquisa

Com base nos estudos citados, neste item foram definidos como estratégia de pesquisa: a exploratória, a descritiva e a explicativa. As pesquisas exploratórias são um tipo de pesquisa muito específicas, que tem o fim de familiarizar o autor com um assunto pouco conhecido ou explorado. A pesquisa descritiva descreve criteriosamente fatos de determinada realidade, relacionados com dados obtidos em questionário ou entrevista. Ambas as estratégias foram as menos usadas nos trabalhos. Por fim, a pesquisa explicativa, a qual guarda uma relação de causa-efeito entre variáveis, relacionando-se, em geral, com pesquisas quantitativas, esteve presente em 194 trabalhos, fazendo parte de 81,51% do total. Destaca-se que os trabalhos podem ter mais de uma estratégia de pesquisa. Observam-se esses dados na TABELA 12:

TABELA 12 – ESTRATÉGIA DE PESQUISA

<b>Estratégia de pesquisa</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Explicativa	194	81,51
Exploratória	17	7,14
Descritiva	13	5,46
Explicativa e descritiva	11	4,62
Exploratória e descritiva	2	0,84
Explicativa e exploratória	1	0,42
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.2.2 Perspectiva temporal

A perspectiva temporal, neste trabalho, aborda dois direcionamentos: transversal (*cross section*) e longitudinal (dados em painel). A primeira refere-se pontualmente a um dado período, enquanto a segunda consiste em dados de uma amostra ao longo de um período de tempo. Salienta-se que em algumas pesquisas não foi possível determinar a perspectiva temporal, enquanto em outra tivemos os dois tipos. Dependendo da perspectiva temporal, a regressão econométrica utilizada será diferente e os resultados podem ser diversos, conforme as variáveis utilizadas. Além disso, as pesquisas com corte transversal, em geral, refletem variações entre localidades, enquanto as pesquisas com corte longitudinal refletem variações de

determinadas variáveis ao longo do tempo. As perspectivas temporais tabuladas neste trabalho são apresentadas na TABELA 13, estando bem distribuídas, como pode se observar a seguir:

TABELA 13 – PERSPECTIVA TEMPORAL

<b>Perspectiva temporal</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Longitudinal	121	50,84
Transversal	97	40,76
Transversal e longitudinal	5	2,10
Sem perspectiva temporal	15	6,30
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.2.3 Classificação da pesquisa

A classificação da pesquisa, destacada na TABELA 14, foi dividida em quantitativa e qualitativa.

A pesquisa quantitativa, que trabalha com variáveis numéricas e emprega técnicas estatísticas bem elaboradas, fez parte de 177 pesquisas, ou seja, em 81,51%. A pesquisa qualitativa, a qual tem a finalidade de entender fenômenos específicos e de caráter subjetivo, fizeram parte de 34 trabalhos. Os valores desconsideraram os 4,2% das pesquisas que tiveram ambas as classificações.

TABELA 14 – CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

<b>Classificação da pesquisa</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Quantitativa	194	81,51
Qualitativa	34	14,29
Qualitativa e quantitativa	10	4,20
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Fica evidenciada, assim, a preferência dos autores em realizar pesquisas quantitativas na área da Economia do Crime, trabalhando com dados estatísticos e regressões.

#### 4.1.2.4 Natureza dos dados

A natureza dos dados foi separada em: primários e secundários. Os dados primários são aqueles que possuem relação direta com os fatos em questão e são coletados especificamente em uma investigação. Os dados secundários, por sua vez, relacionam-se com dados já coletados e trabalhados, como, por exemplo, dados do IBGE, DATASUS e Secretarias de Segurança Pública.

Nesta dissertação, 196 trabalhos utilizaram dados secundários, perfazendo a quantia de 82,35% do total, demonstrando que as pesquisas no campo da Economia do Crime, em geral, utilizam dados oficiais já trabalhados e publicados, existindo poucos trabalhos que fazem pesquisas de campo por meio de questionários e entrevistas. A natureza dos dados é observada na TABELA 15:

TABELA 15 – NATUREZA DOS DADOS

<b>Natureza dos dados</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Secundários	196	82,35
Primários	27	11,34
Sem dados	15	6,30
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.2.5 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados foram diferenciados em análise documental, entrevista, questionário, observação e pesquisa bibliográfica. A análise documental, em que é feito o levantamento de documentos ou dados como base, representaram a maioria dos trabalhos, ou seja, 81,93% (195 pesquisas).

Embora as entrevistas e questionários possam conter informações mais fidedignas, por coletarem dados diretamente sobre quem se investiga, ou seja, criminosos e vítimas, estes instrumentos, acompanhados da observação e da pesquisa bibliográfica, não são muito expressivas na Economia do Crime, conforme se observa na TABELA 16:

TABELA 16 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

<b>Instrumentos de coleta de dados</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Documental	195	81,93
Entrevista	21	8,82
Pesquisa bibliográfica	16	6,72
Questionário	6	2,52
Observação	0	0,00
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.2.6 Tratamento dos dados

Considerou-se como tratamento dos dados: análise de conteúdo, análise de discurso e análise estatística. A análise de conteúdo é aquele em que o pesquisador recorre aos trabalhos bibliográficos para formular suas conclusões. A análise de discurso tem enfoque tanto na forma, quanto no significado embutido no texto. A análise estatística, por sua vez, é a que mais está presente na Economia do Crime, fazendo parte de mais de 85% dos trabalhos, conforme se observa na TABELA 17:

TABELA 17 – TRATAMENTO DOS DADOS

<b>Tratamento dos dados</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
Análise estatística	203	85,29
Análise de conteúdo	35	14,71
Análise de discurso	0	0,00
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Considerando que a análise estatística é a mais utilizada nas pesquisas, a TABELA 18 apresenta os principais métodos utilizados nos trabalhos, tendo destaque o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que foi utilizado em 91 trabalhos. Salienta-se que, dependendo da amostra e da perspectiva temporal observada, a especificação do modelo estatístico econométrico utilizado será diferente.

TABELA 18 – MÉTODOS ESTATÍSTICOS MAIS UTILIZADOS

<b>Métodos</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
Mínimos quadrados ordinários	91
Regressão logística	30
Momentos generalizados	22
Estatística espacial	21
Análise de variância (efeitos fixos e aleatórios)	20
Vetores autorregressivos e correção de erros	13
Mínimos quadrados generalizados	9
Modelo de Poisson	7
Modelo Binomial	6
Análise envoltória de dados	6
Mínimos quadrados em dois estágios	3

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.2.7 Bancos de dados utilizados

Do total de trabalhos, 123 utilizaram os dados do censo demográfico do IBGE. É importante destacarmos que, durante vários anos, os únicos dados criminais utilizados nas pesquisas só eram fornecidos pelo DATASUS, do Ministério da Saúde, e compreendiam apenas dados referentes aos homicídios.

Atualmente, temos à disposição dados referentes à segurança pública atualizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Secretarias de Segurança Pública dos mais diversos estados do Brasil, além de outras fontes de consulta.

TABELA 19 – PRINCIPAIS BANCOS DE DADOS UTILIZADOS

<b>Principais bancos de dados utilizados</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
IBGE	123
DATASUS	77
SESP	61
IPEA	29
SENASP	15
Fundação João Pinheiro	11
SEADE	14
STN	10

FONTE: Dados primários de pesquisa.



#### 4.1.3 Características técnicas

As características técnicas referem-se à população, à amostra e aos direcionamentos da pesquisa, tendo relação direta com os dados e a amostra coletados. Foram consideradas como características técnicas: unidades de análise, localidade da amostra e período da amostra.

##### 4.1.3.1 Unidades de análise

As unidades de análise apresentam os objetos da pesquisa e a quem ela se refere. Consideraram-se unidades de análise, em geral: as variáveis socioeconômicas, demográficas, variáveis relacionadas à segurança pública, políticas públicas, entre outras, conforme a TABELA 20:

TABELA 20 – UNIDADES DE ANÁLISE

<b>Unidades de análise</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
Renda	97
Educação	93
Desemprego	74
Desigualdade	58
Jovens até 24 anos	38
Gastos com segurança pública	35
Urbanização	34
Drogas ilícitas	32
Lares uniparentais	27
Efetivo policial	26
Densidade demográfica	24
Pobreza	23
Religião	20
Armas de fogo	18
Encarceramentos	15
IDH	13
Bolsa família	11
concentração de renda	7
PIB	5
aglomerados subnormais	5
Gastos com educação	4
Gastos com assistencialismo	3
UPP	3

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Observa-se que as principais variáveis socioeconômicas utilizadas nos trabalhos são a renda, educação, desemprego e desigualdade, enquanto as principais variáveis demográficas são: número de jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina e densidade demográfica. A maioria das pesquisas tratou sobre mais de uma unidade de análise no mesmo estudo.

#### 4.1.3.2 Localidade da amostra

Nesta variável foram consideradas as localidades das amostras, as quais foram divididas em: Brasil, estados ou municípios. Nota-se que um número considerável de trabalhos (89) utilizaram amostras para o Brasil todo, o que pode acontecer por falta de dados mais pontuais sobre determinadas regiões. O problema de se trabalhar com dados muito abrangentes é que eles podem não refletir as especificidades de cada localidade, generalizando muitos aspectos importantes de cada região.

Outra crítica é que o Brasil é um país muito extenso e não possui uma homogeneidade em todo seu território, podendo, dependendo da região, apresentar características locais consideravelmente diferentes, o que traria diferenças entre os resultados das pesquisas, dependendo da região em que a amostra foi obtida. É importante esclarecer que não são todas as pesquisas que trabalham com dados envolvendo localidades, podendo ser abordados assuntos diversos.

A TABELA 21 apresenta as principais localidades das amostras utilizadas nas pesquisas avaliadas:

TABELA 21 – LOCALIDADES DA AMOSTRA

<b>Localidades da amostra</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
Brasil	89
São Paulo	26
Minas Gerais	17
Rio Grande do Sul	14
São Paulo (capital)	14
Belo Horizonte	12
Rio de Janeiro	11
Piraquara	9
Ceará	7

<b>Localidades da amostra</b>	<b>Nº de pesquisas</b>
Porto Alegre	7
Paraná	7
Curitiba	3
Santarém	3
Brasília	3
Recife	3
Sergipe	2
Bahia	2
Mato Grosso	2

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.3.3 Período da amostra

Os períodos das amostras utilizadas nos trabalhos são diversos, principalmente pelo fato de existir um número considerável de pesquisas transversais e longitudinais. Desta forma, não foi possível separar os períodos de forma exata, sendo considerado, na TABELA 22, a década em que há o início do período da amostra de cada trabalho.

Apenas poucos trabalhos utilizaram amostras das décadas de 80 e 90, principalmente pela falta de dados oficiais disponíveis. A década de 2000, por outro lado, foi a mais constante no que se refere ao início das amostras, concentrando 64,71% das amostras, pois foi a partir desta década que mais dados foram sendo disponibilizado, principalmente através das secretarias de segurança pública, Mapa da Violência e Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

O fato de a década de 2010 constar um número relativamente baixo de trabalhos é pelo motivo de a grande parte das pesquisas terem utilizado séries maiores de tempo, que abrangem os anos anteriores a essa década.

TABELA 22 – PERÍODO DA AMOSTRA

<b>Início do período</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
1980	18	7,56
1990	30	12,61
2000	154	64,71
2010	21	8,82
Sem período	15	6,30
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

A TABELA 23 apresenta a duração das amostras utilizadas nas pesquisas. Observa-se que as amostras com duração de 1 ano são as mais frequentes nos trabalhos selecionados, constituindo 29,41% do total. Destaca-se que 71,85% das amostras dos trabalhos possuem até 10 anos de duração.

TABELA 23 – DURAÇÃO DA AMOSTRA

<b>Duração da amostra</b>	<b>Nº de pesquisas</b>	<b>%</b>
1 anos	70	29,41
2 a 5 anos	55	23,11
6 a 10 anos	46	19,33
11 a 15 anos	34	14,29
> 15 anos	18	7,56
Sem período	15	6,30
Total	238	100

FONTE: Dados primários de pesquisa.

#### 4.1.4 Comparação dos resultados das pesquisas

Nesta parte, são apresentados os resultados e conclusões principais encontrados nas pesquisas, em especial as relações obtidas entre determinadas unidades de análise e os tipos penais aqui citados. O objetivo é evidenciar as semelhanças e diferenças entre as conclusões a que chegaram as pesquisas, bem como destacar se há controvérsias ou divergências entre os estudos no campo da Economia do Crime e buscar entender como se deram os resultados de acordo com as estratégias de pesquisa, metodologia e amostras utilizadas.

Do total de 238 pesquisas, 154 buscaram relacionar variáveis socioeconômicas, demográficas, de gastos públicos ou relativos à segurança pública com algum tipo de ilícito penal, sendo a maioria relacionada aos crimes de homicídios e crimes contra o patrimônio. Os outros 84 estudos trabalharam com temas diversos, como: custo do bem-estar, perda de bem-estar decorrente da violência, eficiência de gastos públicos, eficiência da polícia, eficiência do judiciário, aluguéis e preços de imóveis afetados pela criminalidade, rendimento escolar por conta da violência, pesquisas com detentos, modelo de Becker, vitimização, índices de criminalidade, custos da criminalidade, gastos públicos em decorrência dos crimes, interação social, sensação de insegurança, relações geográficas e

temporais. Não há uma padronização do tema abordado e, dependendo da pesquisa, mais de uma linha é seguida.

Observa-se que, dependendo da variável, da amostra (tempo e espaço), da perspectiva temporal, e das especificações do modelo utilizado, os resultados podem ser diversos, encontrando ora correlação positiva, ora negativa entre as mesmas variáveis, além de algumas vezes não ser encontrado nenhum efeito entre estas.

A TABELA 24 apresenta os resultados de 154 pesquisas que, por meio de diversos métodos utilizados, buscaram encontrar alguma relação direta entre determinadas variáveis explicativas e os principais crimes analisados, ou seja, os homicídios e os crimes contra o patrimônio (furtos e roubos).

TABELA 24 – PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS PESQUISAS SELECIONADAS

Unidades de análise	Correlação positiva com homicídios	Correlação negativa com homicídios	Sem efeito sobre homicídios	Correlação positiva com crimes contra o patrimônio	Correlação negativa com crimes contra o patrimônio	Sem efeito sobre crimes contra o patrimônio
Desigualdade	28	3	8	7	2	1
Renda	22	18	14	19	9	6
Desemprego	17	4	13	7	4	4
Educação	10	24	8	11	8	1
Pobreza	4	7	4	2	1	1
concentração de renda	3	0	1	1	0	1
IDH	1	5	1	2	2	0
PIB	1	1	3	0	0	1
Jovens até 24 anos	16	3	6	2	2	4
Urbanização	15	1	3	10	0	1
Lares uniparentais	14	1	7	4	0	1
Densidade demográfica	9	4	5	9	0	1
aglomerados subnormais	3	0	2	1	0	0
Religião	0	2	0	0	0	0
Gastos com segurança pública	4	8	14	1	3	3
Gastos com educação	1	4	2	0	0	2
Gastos com assistencialismo	0	3	1	0	0	2
Bolsa família	0	1	5	0	2	2
Armas de fogo	9	3	2	3	0	1
Drogas ilícitas	8	1	4	6	2	3
Efetivo policial	3	14	5	1	6	6
Instalação de UPP	1	2	0	0	0	0
Encarceramento	0	6	5	0	6	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Observa-se que, considerando as unidades de análise socioeconômicas e utilizando-se de amostras e modelos estatísticos diversos, 22 trabalhos encontraram correlação positiva entre a variável renda e homicídios. Por outro lado, 18 trabalhos encontraram correlação negativa entre as variáveis e 14 não encontraram nenhuma relação entre estas. Sobre a variável educação, 10 trabalhos encontraram correlação positiva, 24 encontraram correlação negativa e 8 não encontraram relação com os crimes de homicídios, tendo divergências também quando relacionadas aos crimes contra o patrimônio. A mesma diversidade de resultados foi observada nas variáveis: desigualdade, desemprego e pobreza.

Com relação às variáveis demográficas, as pesquisas que apontam para uma correlação positiva com homicídios foram mais expressivas em relação às pesquisas que encontraram correlação negativa, havendo 16 pesquisas que apontam tal correlação para jovens de 15 a 24 anos, 15 para urbanização, 14 para lares uniparentais com chefia feminina e 9 para densidade demográfica. No entanto, há pesquisas que apontam não existir correlação entre as variáveis, existindo 6 pesquisas para jovens de 15 a 24 anos, 3 para urbanização, 7 para lares uniparentais com chefia feminina e 5 para densidade demográfica. A mesma tendência foi observada ao observar os crimes contra o patrimônio. A variável relativa aos aglomerados subnormais (favelas) foi representada por 3 trabalhos que apontaram correlação positiva com homicídios e 2 que não encontraram correlação.

As pesquisas relacionadas à segurança pública também tiveram resultados diversos, dificultando afirmar se, de fato, há ou não uma relação de verdade entre estas variáveis e os crimes analisados. 9 estudos concluíram que o número de armas de fogo elevam os homicídios, enquanto 3 concluíram que há uma redução e dois que não há nenhuma relação. O número de policiais também apresentou divergência de resultados, havendo 14 trabalhos concluindo que o aumento do efetivo policial reduz os homicídios, enquanto 3 concluíram que aumenta esses crimes e 5 que não há nenhuma relação. Os estudos que trataram sobre o número de encarceramentos (prisões) foram mais homogêneos, tendo 6 que obtiveram resultado de correlação negativa com homicídios e contra crimes contra o patrimônio, não havendo nenhum trabalho concluindo existir correlação positiva com estes crimes. As pesquisas relacionadas à variável drogas ilícitas, embora sendo mais expressivas para indicar correlação positiva com os crimes analisados, ainda assim, apresentaram resultados diversos.

Tendo em vista os vários resultados observados para as mesmas variáveis, a fim de analisar de forma mais pormenorizada como estes se deram, serão apresentadas, na sequência, as Tabelas 25, 26, 27, 28, 29 e 30, as quais apontam a perspectiva temporal, os métodos estatísticos, a localidade das amostras, o período destas e sua duração em número de anos utilizados nos trabalhos.

Para uma melhor compreensão dos resultados, foram apresentadas as principais unidades de análise utilizadas em todos os trabalhos, conforme as temáticas socioeconômicas, demográficas e relativos à segurança pública, e os principais crimes analisados, ou seja, os homicídios e crimes contra o patrimônio.

A TABELA 25 apresenta as principais variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública que tiveram correlação positiva com os crimes de homicídios, ou seja, que evidenciam que um incremento em seus valores causa uma elevação destes crimes. Os dados foram apresentados conforme a perspectiva temporal (transversal e longitudinal), modelo estatístico (Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância, Regressão Logística, Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, entre outros), localidade da amostra (Brasil, unidades da federação ou municípios), período (década de 1980, 1990, 2000 e 2010) e duração (1 ano, 2 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos ou amostras com mais de 15 anos considerados) utilizados. As variáveis consideradas, segundo as temáticas socioeconômica, demográfica e de segurança pública, são: desigualdade, renda, desemprego, educação, pobreza, jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina, densidade demográfica, aglomerados subnormais, gastos com segurança pública, armas de fogo, drogas ilícitas, efetivo policial e encarceramento.

Com exceção das variáveis desemprego, pobreza e gastos com segurança pública, que tiveram apenas pesquisas com perspectiva longitudinal, as demais variáveis que apresentaram correlação positiva com homicídios tiveram diversidade entre as perspectivas transversal e longitudinal, sendo a última a mais utilizada. Em geral, para todas as variáveis, o modelo estatístico mais comum foi o método dos Mínimos Quadrados Ordinários, seguido pelo método dos Momentos Generalizados. A localidade da amostra mais utilizada foi para o Brasil, enquanto o período mais usado compreende a década de 2000. Embora as amostras com duração de 6 a 10 anos tenham se sido mais comuns nas pesquisas, em geral o resultado foi bem diversificado. Os resultados podem ser observados na TABELA 25:



TABELA 25 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO POSITIVA COM HOMICÍDIOS

Unid. de análise	Total	Perspec. Temporal			Modelo estatístico								Localidade			Período da amostra					Número de anos da amostra				
		Trans	Long	-	MQO	MMG	ANOVA	Logist	MQG	Espac	Outro*	BR	UF	Mun	1980	1990	2000	2010	-	1	2 - 5	6 - 10	11 - 15	>15	-
Desigualdade	28	5	22	1	11	8	4	2	3	0	7	23	4	1	11	6	10	0	1	4	5	8	4	6	1
Renda	22	7	15	0	11	6	6	1	2	2	2	12	6	4	3	4	14	1	0	4	7	5	3	3	0
Desemprego	17	0	17	0	10	4	4	0	3	1	4	13	3	1	4	4	9	0	0	0	6	1	6	4	0
Educação	10	8	2	0	7	2	1	1	0	1	4	4	3	3	1	3	5	1	0	6	2	1	0	1	0
Pobreza	4	0	4	0	3	2	1	0	1	0	1	3	1	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	2	0
Jovens até 24 anos	16	10	6	0	9	2	3	1	1	1	3	8	6	2	4	3	8	1	0	1	8	3	0	4	0
Urbanização	15	6	9	0	7	2	3	0	3	4	1	7	5	3	1	3	10	1	0	3	8	3	1	0	0
Lares uniparentais	14	6	8	0	12	3	3	0	2	2	3	8	4	2	3	2	9	0	0	3	5	2	1	3	0
Dens. demográfica	9	6	3	0	6	1	1	0	1	4	1	1	5	3	1	2	3	3	0	3	3	3	0	0	0
Aglom. subnormais	3	3	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	2	1	0	0	1	1	0	0	1	0
Gastos seg. pública	4	0	4	0	2	2	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	3	1	0	0	2	2	0	0	0
Armas de fogo	9	1	8	0	5	0	1	0	0	1	2	4	4	1	1	3	5	0	0	0	0	3	3	3	0
Drogas	8	3	4	1	4	1	1	1	0	0	0	6	1	1	1	1	5	0	1	2	2	1	0	2	1
Efetivo policial	3	1	2	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	3	0	0	1	0	1	1	0	0
Encarceramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Trans = Transversal; Long = Longitudinal; MQO = Mínimos Quadrados Ordinários; MMG = Método dos Momentos Generalizados; ANOV = Análise de Variância (Efeitos fixos e efeitos aleatórios); Logist = Regressão Logística (Logit e Probit); MQG = Mínimos Quadrados Generalizados; Espac = Estatística Espacial; Outro\* = MQ2E, VAR/VEC, Poisson, Binomial e DEA; BR = Brasil; UF = Unidades da Federação; Mun = Municípios.

A TABELA 26 apresenta as principais variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública que tiveram correlação negativa com os crimes de homicídios, ou seja, que evidenciam que um incremento em seus valores causa uma redução destes crimes. Os dados foram apresentados conforme a perspectiva temporal (transversal e longitudinal), modelo estatístico (Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância, Regressão Logística, Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, entre outros), localidade da amostra (Brasil, unidades da federação ou municípios), período (década de 1980, 1990, 2000 e 2010) e duração (1 ano, 2 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos ou amostras com mais de 15 anos considerados) utilizados. As variáveis consideradas, segundo as temáticas socioeconômica, demográfica e de segurança pública, são: desigualdade, renda, desemprego, educação, pobreza, jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina, densidade demográfica, aglomerados subnormais, gastos com segurança pública, armas de fogo, drogas ilícitas, efetivo policial e encarceramento.

Para todas as variáveis explicativas que tiveram correção negativa com homicídios a perspectiva longitudinal foi a mais presente nas pesquisas. O modelo estatístico mais utilizado para todas as unidades de análise foi o método dos Mínimos Quadrados Ordinários, estando os demais bem distribuídos em todas as pesquisas. A localidade da amostra mais comum foi para o Brasil, enquanto o período mais usado compreende a década de 2000. As amostras com duração de 2 a 5 anos foram as mais que mais apareceram nas pesquisas, embora outras tenham sido usadas em todos os estudos. Os resultados podem ser observados na TABELA 26:

TABELA 26 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO NEGATIVA COM HOMICÍDIOS

Unid. de análise	Total	Persp. temp.			Modelo estatístico							Localidade			Período da amostra					Número de anos da amostra					
		Trans	Long	-	MQO	MMG	ANOVA	Logist	MQG	Espac	Outro*	BR	UF	Mun	1980	1990	2000	2010	-	1	2 - 5	6 - 10	11 - 15	>15	-
Desigualdade	3	0	3	0	3	1	1	0	0	0	0	3	0	0	2	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0
Renda	18	4	14	0	10	5	1	2	1	2	4	11	3	4	6	3	9	0	0	2	6	1	3	6	0
Desemprego	4	2	2	0	1	0	2	1	0	1	0	2	2	0	1	1	2	0	0	1	0	2	0	1	0
Educação	24	7	16	1	10	4	3	2	4	3	3	16	7	1	2	1	19	1	1	1	11	5	5	1	1
Pobreza	7	2	5	0	3	0	2	0	1	1	4	6	1	0	0	0	7	0	0	1	5	0	1	0	0
Jovens até 24 anos	3	1	2	0	2	1	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	3	0	0	1	2	0	0	0	0
Urbanização	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Lares uniparentais	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Dens. demográfica	4	1	3	0	3	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0	4	0	0	2	1	0	1	0	0
Aglom. subnormais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos seg. pública	8	0	8	0	3	2	2	0	1	0	2	6	2	0	2	2	4	0	0	0	2	2	3	1	0
Armas de fogo	3	1	2	0	0	1	0	0	1	0	1	2	1	0	1	0	2	0	0	0	0	2	0	1	0
Drogas	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Efetivo policial	14	1	13	0	8	1	2	0	0	2	4	4	8	2	3	2	8	1	0	0	4	5	2	3	0
Encarceramento	6	0	6	0	5	1	2	0	0	0	0	4	2	0	1	0	5	0	0	0	0	3	2	1	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Trans = Transversal; Long = Longitudinal; MQO = Mínimos Quadrados Ordinários; MMG = Método dos Momentos Generalizados; ANOV = Análise de Variância (Efeitos fixos e efeitos aleatórios);

Logist = Regressão Logística (Logit e Probit); MQG = Mínimos Quadrados Generalizados; Espac = Estatística Espacial; Outro\* = MQ2E, VAR/VEC, Poisson, Binomial e DEA; BR = Brasil;

UF = Unidades da Federação; Mun = Municípios.

A TABELA 27 apresenta as principais variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública que não tiveram nenhuma correlação com os crimes de homicídios, ou seja, que evidenciam que um incremento em seus valores não tem nenhum efeito sobre estes crimes. Os dados foram apresentados conforme a perspectiva temporal (transversal e longitudinal), modelo estatístico (Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância, Regressão Logística, Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, entre outros), localidade da amostra (Brasil, unidades da federação ou municípios), período (década de 1980, 1990, 2000 e 2010) e duração (1 ano, 2 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos ou amostras com mais de 15 anos considerados) utilizados. As variáveis consideradas, segundo as temáticas socioeconômica, demográfica e de segurança pública, são: desigualdade, renda, desemprego, educação, pobreza, jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina, densidade demográfica, aglomerados subnormais, gastos com segurança pública, armas de fogo, drogas ilícitas, efetivo policial e encarceramento.

A perspectiva longitudinal foi a mais frequente em todas as variáveis que não apresentaram qualquer correlação com os crimes de homicídio. O método dos Mínimos Quadrados Ordinários foi o método mais empregado, seguido da estatística espacial (em especial o método Moran). Com relação às amostras, a localidade mais utilizada foi as relacionadas aos estados, seguida pelas que englobam o país todo. O período da amostra mais comum foi referente à década de 2000 e a duração, em número de anos, mais empregada nas amostras foi de 2 a 5 anos e de 6 a 10 anos. Estes resultados podem ser observados na TABELA 27:

TABELA 27 - VARIÁVEIS SEM EFEITO SOBRE HOMICÍDIOS

Unid. de análise	Total	Persp. temp.			Modelo estatístico							Localidade			Período da amostra					Número de anos da amostra					
		Trans	Long	-	MQO	MMG	ANOVA	Logist	MQG	Espac	Outro*	BR	UF	Mun	1980	1990	2000	2010	-	1	2 - 5	6 - 10	11 - 15	>15	-
Desigualdade	10	4	6	0	7	4	0	0	1	4	0	6	3	1	0	1	9	0	0	2	5	1	2	0	0
Renda	14	1	12	1	8	2	1	0	0	2	3	4	9	1	3	1	8	1	1	2	4	3	3	1	1
Desemprego	13	4	9	0	9	3	0	1	0	2	2	4	4	5	1	1	10	1	0	3	4	4	1	1	0
Educação	8	1	7	0	3	0	2	0	0	1	3	3	3	2	1	1	6	0	0	1	4	2	0	1	0
Pobreza	4	2	1	1	0	1	1	0	0	1	0	2	1	1	0	2	1	0	1	2	1	0	0	1	1
Jovens até 24 anos	6	1	4	1	2	0	1	0	0	3	0	0	5	1	0	2	3	0	1	0	0	2	3	0	1
Urbanização	3	2	1	0	2	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	2	0	0	1	1	1	0	0	0
Lares uniparentais	7	1	5	1	2	2	0	0	0	2	1	4	3	0	1	0	5	0	1	0	1	2	2	1	1
Dens. demográfica	5	2	2	1	1	1	0	0	0	2	1	1	4	0	1	0	3	0	1	0	2	1	0	1	1
Aglom. subnormais	2	2	0	0	2	0	0	0	1	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0
Gastos seg. pública	14	1	12	1	5	4	1	0	3	0	4	9	5	0	3	1	9	0	1	0	7	3	1	2	1
Armas de fogo	2	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Drogas	4	1	3	0	3	0	0	0	1	1	0	1	2	1	1	0	3	0	0	0	2	1	0	1	0
Efetivo policial	5	1	4	0	4	2	2	0	0	0	0	2	3	0	1	0	4	0	0	0	1	2	1	1	0
Encarceramento	5	2	3	0	4	2	1	0	0	1	0	3	1	1	0	0	5	0	0	1	0	4	0	0	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Trans = Transversal; Long = Longitudinal; MQO = Mínimos Quadrados Ordinários; MMG = Método dos Momentos Generalizados; ANOV = Análise de Variância (Efeitos fixos e efeitos aleatórios); Logist = Regressão Logística (Logit e Probit); MQG = Mínimos Quadrados Generalizados; Espac = Estatística Espacial; Outro\* = MQ2E, VAR/VEC, Poisson, Binomial e DEA; BR = Brasil; UF = Unidades da Federação; Mun = Municípios.

A TABELA 28 apresenta as principais variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública que tiveram correlação positiva com os crimes contra o patrimônio, ou seja, que evidenciam que um incremento em seus valores causa uma elevação destes crimes. Os dados foram apresentados conforme a perspectiva temporal (transversal e longitudinal), modelo estatístico (Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância, Regressão Logística, Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, entre outros), localidade da amostra (Brasil, unidades da federação ou municípios), período (década de 1980, 1990, 2000 e 2010) e duração (1 ano, 2 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos ou amostras com mais de 15 anos considerados) utilizados. As variáveis consideradas, segundo as temáticas socioeconômica, demográfica e de segurança pública, são: desigualdade, renda, desemprego, educação, pobreza, jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina, densidade demográfica, aglomerados subnormais, gastos com segurança pública, armas de fogo, drogas ilícitas, efetivo policial e encarceramento.

Considerando as pesquisas que apontaram existir correlação positiva das variáveis analisadas com os crimes contra o patrimônio, em geral, a perspectiva transversal foi a mais utilizada. O método dos Mínimos Quadrados Ordinários, novamente, foi o método mais empregado. Com relação às amostras, a localidade mais comum foi referente aos municípios e estados, o período mais comum foi referente à década de 2000 e a duração da amostra mais empregada foi a de apenas 1 ano. Estes resultados podem ser observados na TABELA 28:

TABELA 28 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO POSITIVA COM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Unid. de análise	Total	Perspectiva temp.			Modelo estatístico							Localidade			Período da amostra					Número de anos da amostra					
		Trans	Long	-	MQO	MMG	ANOV	Logist	MQG	Espac	Outro*	BR	UF	Mun	1980	1990	2000	2010	-	1	2 - 5	6 - 10	11 - 15	>15	-
Desigualdade	7	4	3	0	3	0	2	0	0	1	0	6	0	1	1	1	4	1	0	4	2	0	1	0	0
Renda	19	11	8	0	8	0	2	4	1	5	4	3	6	10	0	2	15	2	0	8	5	3	3	0	0
Desemprego	7	2	5	0	0	1	0	1	0	1	3	1	3	3	0	1	5	1	0	1	1	3	2	0	0
Educação	11	9	2	0	4	0	3	4	1	0	3	5	4	2	1	0	10	0	0	5	5	1	0	0	0
Pobreza	2	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	0	0
Jovens até 24 anos	2	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0
Urbanização	10	6	4	0	6	0	2	2	0	2	1	2	3	5	0	3	6	1	0	3	4	3	0	0	0
Lares uniparentais	4	4	0	0	3	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0	4	0	0	1	3	0	0	0	0
Dens. demográfica	9	6	3	0	6	0	1	1	1	5	1	0	4	5	0	3	4	2	0	4	1	4	0	0	0
Aglom. subnormais	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Gastos seg. pública	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Armas de fogo	3	0	3	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	2	0	2	1	0	0	0	0	0	2	1	0
Drogas	6	3	3	0	2	1	0	3	0	1	0	0	3	3	0	1	5	0	0	2	0	2	2	0	0
Efetivo policial	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Encarceramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Trans = Transversal; Long = Longitudinal; MQO = Mínimos Quadrados Ordinários; MMG = Método dos Momentos Generalizados; ANOV = Análise de Variância (Efeitos fixos e efeitos aleatórios);

Logist = Regressão Logística (Logit e Probit); MQG = Mínimos Quadrados Generalizados; Espac = Estatística Espacial; Outro\* = MQ2E, VAR/VEC, Poisson, Binomial e DEA; BR = Brasil;

UF = Unidades da Federação; Mun = Municípios.

A TABELA 29 apresenta as principais variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública que tiveram correlação negativa com os crimes contra o patrimônio, ou seja, que evidenciam que um incremento em seus valores causa uma redução destes crimes. Os dados foram apresentados conforme a perspectiva temporal (transversal e longitudinal), modelo estatístico (Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância, Regressão Logística, Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, entre outros), localidade da amostra (Brasil, unidades da federação ou municípios), período (década de 1980, 1990, 2000 e 2010) e duração (1 ano, 2 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos ou amostras com mais de 15 anos considerados) utilizados. As variáveis consideradas, segundo as temáticas socioeconômica, demográfica e de segurança pública, são: desigualdade, renda, desemprego, educação, pobreza, jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina, densidade demográfica, aglomerados subnormais, gastos com segurança pública, armas de fogo, drogas ilícitas, efetivo policial e encarceramento.

As variáveis que apresentaram correlação negativa com crimes contra o patrimônio foram menos expressivas que as referentes aos homicídios. A perspectiva temporal mais utilizada nestas foi a longitudinal e o método dos Mínimos Quadrados Ordinários foi o mais empregado. A localidade da amostra mais comum foi referente aos municípios e estados, o período mais comum foi referente à década de 2000 e a duração da amostra, em anos, foi bem distribuída, não havendo nenhuma que se sobressaiu perante as demais. Estes resultados podem ser observados na TABELA 29:



TABELA 29 - VARIÁVEIS COM CORRELAÇÃO NEGATIVA COM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Unid. de análise	Total	Perspectiva temp.			Modelo estatístico							Localidade			Período da amostra					Número de anos da amostra					
		Trans	Long	-	MQO	MMG	ANOVA	Logist	MQG	Espac	Outro*	BR	UF	Mun	1980	1990	2000	2010	-	1	2 - 5	6 - 10	11 - 15	>15	-
Desigualdade	2	2	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
Renda	9	3	6	0	4	1	1	2	0	2	1	2	2	5	0	2	7	0	0	2	3	0	4	0	0
Desemprego	4	3	1	0	1	1	1	1	0	0	0	2	2	0	0	1	3	0	0	3	0	0	1	0	0
Educação	8	3	5	0	3	2	0	2	0	1	1	2	3	3	1	2	5	0	0	1	1	4	1	1	0
Pobreza	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Jovens até 24 anos	2	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0
Urbanização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lares uniparentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dens. demográfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aglom. subnormais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos seg. pública	3	0	3	0	1	1	1	0	0	1	2	1	1	1	1	0	2	0	0	1	0	0	1	1	0
Armas de fogo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Drogas	2	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0	0
Efetivo policial	6	0	6	0	3	1	0	0	0	1	2	0	4	2	0	2	4	0	0	0	3	1	2	0	0
Encarceramento	6	1	5	0	2	1	0	1	0	2	1	0	1	5	0	2	4	0	0	1	0	2	3	0	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Trans = Transversal; Long = Longitudinal; MQO = Mínimos Quadrados Ordinários; MMG = Método dos Momentos Generalizados; ANOV = Análise de Variância (Efeitos fixos e efeitos aleatórios); Logist = Regressão Logística (Logit e Probit); MQG = Mínimos Quadrados Generalizados; Espac = Estatística Espacial; Outro\* = MQ2E, VAR/VEC, Poisson, Binomial e DEA; BR = Brasil; UF = Unidades da Federação; Mun = Municípios.

A TABELA 30 apresenta as principais variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública que não tiveram nenhuma correlação com os crimes contra o patrimônio, ou seja, que evidenciam que um incremento em seus valores não tem nenhum efeito sobre estes crimes. Os dados foram apresentados conforme a perspectiva temporal (transversal e longitudinal), modelo estatístico (Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância, Regressão Logística, Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, entre outros), localidade da amostra (Brasil, unidades da federação ou municípios), período (década de 1980, 1990, 2000 e 2010) e duração (1 ano, 2 a 5 anos, 6 a 10 anos, 11 a 15 anos ou amostras com mais de 15 anos considerados) utilizados. As variáveis consideradas, segundo as temáticas socioeconômica, demográfica e de segurança pública, são: desigualdade, renda, desemprego, educação, pobreza, jovens de 15 a 24 anos, urbanização, lares uniparentais com chefia feminina, densidade demográfica, aglomerados subnormais, gastos com segurança pública, armas de fogo, drogas ilícitas, efetivo policial e encarceramento.

As variáveis que não apresentaram nenhuma correlação com os crimes contra o patrimônio foram as menos expressivas perante todas as demais. Não houve muita variabilidade entre as perspectivas longitudinal e transversal. O método estatístico mais comum utilizado foi o dos Mínimos Quadrados Ordinários. A localidade da amostra mais empregada foi referente aos estados, o período referente à década de 2000 e a duração da amostra, em anos, que mais se destacou foi a referente as amostras de 2 a 5 anos. Estes resultados podem ser observados na TABELA 30:

TABELA 30 - VARIÁVEIS SEM EFEITO SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Unid. de análise	Total	Perspectiva temp.			Modelo estatístico							Localidade			Período da amostra					Número de anos da amostra					
		Trans	Long	-	MQO	MMG	ANOVA	Logist	MQG	Espac	Outro*	BR	UF	Mun	1980	1990	2000	2010	-	1	2 - 5	6 - 10	11 - 15	>15	-
Desigualdade	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Renda	6	3	3	0	4	1	1	0	0	2	2	0	5	1	0	1	4	1	0	2	1	2	1	0	0
Desemprego	4	2	2	0	3	1	0	0	0	2	0	1	1	2	0	0	4	0	0	0	2	1	1	0	0
Educação	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Pobreza	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Jovens até 24 anos	4	2	2	0	3	1	0	0	0	3	0	1	1	2	0	1	3	0	0	1	1	1	1	0	0
Urbanização	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Lares uniparentais	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Dens. demográfica	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Aglom. subnormais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gastos seg. pública	3	1	2	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	2	1	0	0	0
Armas de fogo	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Drogas	3	1	2	0	2	0	0	0	0	1	0	0	2	1	1	0	2	0	0	0	1	1	0	1	0
Efetivo policial	6	3	3	0	5	1	0	0	0	0	0	0	5	1	0	1	5	0	0	1	2	2	1	0	0
Encarceramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: Dados primários de pesquisa.

Trans = Transversal; Long = Longitudinal; MQO = Mínimos Quadrados Ordinários; MMG = Método dos Momentos Generalizados; ANOV = Análise de Variância (Efeitos fixos e efeitos aleatórios); Logist = Regressão Logística (Logit e Probit); MQG = Mínimos Quadrados Generalizados; Espac = Estatística Espacial; Outro\* = MQ2E, VAR/VEC, Poisson, Binomial e DEA; BR = Brasil; UF = Unidades da Federação; Mun = Municípios.

A respeito da diversidade de resultados observados para as mesmas unidades de análise, além de considerar as diversas possibilidades de combinação entre as variáveis explicativas e dependentes, merece destaque a perspectiva temporal da pesquisa, classificada em transversal ou longitudinal, em que o tempo considerado pode ser constante ou variável, o que por si só pode refletir em diversos resultados, dependendo do modelo considerado, pois em um caso busca-se a relação entre variáveis com enfoque nas diferenças espaciais em um único período e no outro é buscada essas relações focando na alteração do valor de determinadas variáveis ao longo do tempo.

O modelo estatístico utilizado tem grande importância na pesquisa científica, uma vez que se faz necessária a correta especificação deste para que retornem os melhores resultados, além de que, dependendo do método utilizado, resultados diferentes podem ser observados. Nesta pesquisa, foram identificados um número considerável de métodos estatísticos utilizados, quais sejam: Mínimos Quadrados Ordinários, Momentos Generalizados, Análise de Variância (efeitos fixos e aleatórios), Regressão Logística (Logit e Probit), Mínimos Quadrados Generalizados, Estatística Espacial, Mínimos Quadrados em Dois Estágios, Vetores Autorregressivos e Correção de Erros, Modelo de Poisson, Modelo Binomial e Análise Envoltória de Dados. Salienta-se que alguns trabalhos utilizaram mais de um modelo estatístico para estabelecer as relações devidas entre as variáveis.

Fica evidente, assim, que se faz necessária a existência de padronização ou melhor especificação do modelo, pois, dependendo das características técnicas e metodológicas dos estudos, os resultados podem ser controversos ou apenas indicar relações unicamente numéricas, porém sem carregar consigo significado efetivo.

A amostra escolhida é outro fator que deve ser considerado, sendo de grande importância para a pesquisa, pois, a nível geográfico, as localidades são heterogêneas entre si em termos sociais, econômicos e culturais, além de apresentarem dinâmica social distinta. Além disso, amostras muito abrangentes, como as que utilizam dados para todo o Brasil e estados, não refletem as particularidades e especificidades locais, que apenas podem ser observadas de forma pontual. Nesta pesquisa observou-se, por exemplo, que a maioria dos trabalhos possuía amostras separadas por município, as quais, mesmo assim, podem ser consideradas, de certa forma, abrangentes.

O tempo considerado da amostra é outro fator importante, pois determinadas amostras pontuais podem conter informações válidas para um único momento histórico, bem como amostras que utilizam períodos curtos de tempo podem não refletir o contexto geral do funcionamento de determinado sistema ou mesmo para observar alguma tendência em determinadas variáveis que necessitariam de períodos maiores para se manifestar. Acrescente-se, também, que os períodos considerados para as variáveis podem ser divididos de diversas formas, como por exemplo, por anos, semestres, trimestres, meses, decênios, entre outros, podendo haver suavização ou não de alguns efeitos pontuais em períodos específicos.

Por fim, há de se considerar que o crime é uma ação humana subjetiva, o que dificulta explicá-lo apenas através de regressões econométricas que somente estabelecem relações numéricas entre o número total de determinados crimes ocorridos, em um dado período, e as variáveis socioeconômicas, demográficas e de segurança pública observadas em certas localidades, não considerando, de forma específica e pontual, quem são os reais criminosos, a motivação particular de seus crimes e a dinâmica social existente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram levantados 238 estudos, dentro do período de 1997 a 2017, de acordo com os direcionamentos apontados na metodologia desta dissertação, constituindo-se em 139 artigos científicos, 20 teses e 79 dissertações, selecionados por meio do portal Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), Periódicos CAPES, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico.

O objetivo de realizar a meta-análise qualitativa sobre a produção nacional da Economia do Crime foi identificar as características principais dessa produção, as metodologias, as técnicas, os resultados, as semelhanças e diferenças dos estudos, bem como a evolução da pesquisa. Buscou-se compreender como se deram os estudos, analisando a consistência e coerência, além dos procedimentos de pesquisa, não sendo o objetivo aqui apenas a generalização destes (BICUDO, 2018).

Destaca-se que, o campo de estudo da Economia do Crime no Brasil é vasto e não há padronização dos procedimentos de pesquisa utilizados, por isso há resultados consideravelmente heterogêneos, fazendo com que a meta-análise qualitativa seja a metodologia mais correta a ser aplicada a fim de se traçar o percurso da pesquisa, identificar suas características, principais resultados e como estes se deram.

Nota-se que a pesquisa no campo da Economia do Crime está presente em sua maior parte em ambiente acadêmico, tanto em questão de trabalhos publicados, como em questão da afiliação dos autores, destacando-se como principais publicadoras de trabalhos, segundo a afiliação acadêmica dos pesquisadores, as universidades UNIOESTE, UFC, UFMG, FGV e USP. O evento em que mais houve publicações de artigos científicos foi o Encontro Nacional de Economia da ANPEC, com 19 publicações, e a Universidade com maior número de teses e dissertações publicadas foi a UFC, com 16 pesquisas. 93,69% dos pesquisadores são mestres ou doutores.

Conforme as características dos estudos, observou-se que a produção na área da Economia do Crime, nos primeiros 10 anos, apresentou-se incipiente, com apenas 45 trabalhos publicados, tendo aumentado essa produção para 193

trabalhos nos 10 anos seguintes, o que ocorreu, possivelmente, em virtude da maior disponibilidade de dados oficiais e melhora nas ferramentas de buscas, permitindo a disseminação de novos trabalhos, além de facilitar a consulta por parte dos pesquisadores.

Corroborar com essa questão o fato de alguns artigos que estudam a temática da Economia do Crime apontarem como principais limitações de suas pesquisas o fato de algumas amostras serem reduzidas (SCHAEFER E SHIKIDA, 2001; ENGEL E SHIKIDA, 2003; MURTA, ARAÚJO JR. E SHIKIDA, 2008; PINTO, CORONEL E FILHO, 2016), haver carência de dados (ANDRADE E LISBOA, 2000; FAJNZYLBER E ARAÚJO JR., 2001; ANDRADE et al., 2003; FRANCO, 2016), além de existirem questionamentos a respeito da confiabilidade destes (SANTOS E KASSOUF, 2008; CERQUEIRA E LOBÃO, 2004). Destaca-se que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o qual divulga dados oficiais de segurança, passou a ser publicado apenas a partir do ano de 2007, havendo, antes disso, dificuldade na obtenção de tais dados. Por fim, evidencia-se a maior facilidade, recentemente, em realizar buscas de pesquisas referentes ao tema por meio dos portais: Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES, CAPES Periódicos, Scielo, BBTd, IPEA e Google Acadêmico.

A temática mais estudada entre os autores foi a socioeconômica, fazendo parte de 65,97% dos trabalhos, seguindo da demográfica, presente em 35,29%, enquanto os crimes mais analisados foram os homicídios e os crimes contra o patrimônio (furtos e roubos), fazendo parte de 68,07% e 52,52% de todos os trabalhos. Vale destacar que grande parte das pesquisas tratam sobre mais de uma temática, bem como mais de um tipo de ilícito penal.

Metodologicamente, a estratégia de pesquisa mais utilizada foi a explicativa, perfazendo 81,51% dos trabalhos. Ficou clara a preferência por esse tipo de pesquisa por utilizar dados quantitativos e estabelecer relações de causa-efeito entre as variáveis. A perspectiva temporal ficou praticamente dividida entre transversal e longitudinal. A classificação da pesquisa mais utilizada foi a quantitativa, estando presente em 81,51% dos trabalhos. Os dados mais utilizados foram os obtidos a partir de fontes secundárias, constituindo em 82,35% do total, o que refletiu nos instrumentos de coleta de dados empregados, que na maior parte dos trabalhos foi a análise documental (81,93%), por conta da busca por dados numéricos. O tratamento de dados mais comum nas pesquisas foi a análise

estatística, sendo o método dos Mínimos Quadrado Ordinários o modelo mais empregado nas regressões, seguido pelas regressões logísticas, método dos Momentos Generalizados, Estatística Espacial e Análise de Variância por meio de modelos com efeitos fixos e efeitos aleatórios. Os bancos de dados mais utilizados para as amostras foram do IBGE, DATASUS e das secretarias de segurança pública dos estados.

Tecnicamente, sobre as amostras utilizadas nos trabalhos, as unidades de análise mais presentes na pesquisa foram as de temática socioeconômica, mais especificamente renda, educação, desemprego e desigualdade. Outras unidades de análise que apareceram, porém com menos frequência que as socioeconômicas, foram as relativas aos jovens de 15 a 24 anos, os gastos com segurança pública, urbanização, relativas ao mercado de drogas, lares uniparentais com chefia feminina, efetivo policial, densidade demográfica, pobreza e armas de fogo.

Sobre a localidade das amostras, foram mais utilizados dados agregados para o Brasil como um todo, sendo 89 trabalhos dentro desta linha, e em menor quantidade os separados por unidades da federação. As amostras por municípios brasileiros foram as menos utilizadas se comparadas com as outras duas. O período inicial mais frequente nas amostras é a partir da década de 2000, em que houve maior disponibilização de dados para pesquisas, principalmente dados de segurança pública.

Com relação aos resultados e conclusões específicos das pesquisas selecionadas para esta dissertação, observou-se, em geral, várias divergências, ora apontando determinadas variáveis tendo correlação positiva ou negativa com a criminalidade, ora apontando não existir qualquer relação, acontecendo isso, possivelmente, por conta das diferentes características dos estudos, características metodológicas e características técnicas observadas, ficando clara a diversidade na forma como foram procedidas as pesquisas e a heterogeneidades das amostras e modelos estatísticos utilizados.

Considerando apenas as principais conclusões dos estudos, ou seja, os que relacionam as unidades de análise com os tipos penais mais comuns (homicídios e crimes contra o patrimônio), foi observado, por exemplo, que para a variável renda há estudos que identificaram possuir tanto correlação positiva, como negativa com os homicídios, acontecendo o mesmo com os crimes contra o patrimônio. Além disso, algumas pesquisas não encontraram nenhuma correlação entre estas



variáveis. O mesmo aconteceu com outras unidades de análise, como educação, desigualdade, pobreza, desemprego, lares uniparentais com chefia feminina, efetivo policial, prisões, gastos públicos, entre outros. Portanto, por meio desta análise e devido à diversidade de resultados observados para as mesmas variáveis, não foi possível concluir se estão, de fato, corretos e se podem ser aplicáveis à realidade brasileira.

Dentre as possíveis explicações para a diversidade de resultados e conclusões encontrados nos trabalhos, inicialmente, há de se considerar que existe uma quantidade relativamente grande de temáticas e tipos penais disponíveis, o que possibilita várias combinações entre estes e, portanto, vários resultados. Além disso, é importante compreender que o pesquisador não tem como entender as motivações reais e subjetivas para o cometimento de ilícitos por parte dos criminosos, tendo à sua disposição apenas dados de crimes já ocorridos, não tendo acesso a informações próprias da pessoa do criminoso, onde este reside, suas condições financeiras, emocionais, culturais, onde especificamente cometeu o crime, onde costuma agir, a frequência com que comete crimes, a estratégia que utiliza, o que subtraiu, se sua ação é recorrente, entre outros fatores. Ou seja, tem-se acesso apenas ao número de crimes de aconteceram a nível agregado, não sabendo o número real de criminosos atuantes, sem contar que ainda há um número considerável de sub-registros de crimes.

Metodologicamente, a perspectiva temporal pode influenciar a variedade dos resultados de uma pesquisa para outra, pois ao realizar uma pesquisa com corte transversal é considerado um período específico e diversas localidades, enquanto ao realizar uma de corte longitudinal estuda-se a evolução de determinadas variáveis ao longo de um determinado período, desta forma, resultados diferentes podem ser observados. Ademais os instrumentos de coleta de dados, bem como o tratamento destes também influenciam os resultados, pois tratam sobre bases de dados, métodos estatísticos e especificações de modelos diversos.

As características técnicas das pesquisas, constituídas pelas unidades de análise, localidades e períodos das amostras, também podem explicar os diversos resultados observados. Primeiramente, as unidades de análise consideradas em algumas pesquisas podem não guardar relações diretas com determinados tipos de crimes, mesmo determinadas pesquisas apontando certa tendência. Além disso, as amostras referentes a localidades muito abrangentes, como para o país todo ou por

estados, não conseguem identificar características pontuais da realidade local em termos socioeconômicos, criminais e referentes à dinâmica social, uma vez que os territórios são heterogêneos entre si e estas características não ficam evidenciadas quando os dados utilizados são muito extensivos. Por fim, determinados períodos estáticos ou períodos curtos de tempo podem não ser capazes de identificar algumas tendências entre as variáveis, bem como há de se considerar que períodos específicos podem refletir uma realidade histórica única de determinado período, não aplicável aos outros.

Enfim, este trabalho demonstrou que a produção científica no campo da Economia do Crime ainda é pequena e recente no Brasil se comparada a outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, Criminologia, Psicologia e Direito, que já estudam o fenômeno da criminalidade há muito tempo. Ao longo dos anos, tem se dado enfoque na Economia do Crime às questões socioeconômicas e demográficas, principalmente, e em segundo plano às questões de segurança pública, relacionando as referidas temáticas aos crimes mais comuns à realidade brasileira e que atraem mais atenção, ou seja, os crimes de homicídios e crimes contra o patrimônio, os quais, em elevado patamar, demonstram o clima de insegurança que existe no país, no entanto, ficou evidenciado que há necessidade desse campo de estudo ser mais bem explorado.

De maneira geral, o estágio atual das pesquisas nessa área não permite uniformizar conclusões, não sendo possível determinar, com certeza, as reais causas da criminalidade sob o enfoque das Ciências Econômicas. Para que não houvesse acentuada divergência entre os resultados, necessário seria existir padronização dos métodos estatísticos empregados, bem como das amostras e dos dados à disposição. A falta de homogeneização sobre o conteúdo e a divergência observada entre os resultados das pesquisas nacionais no campo da Economia do Crime fizeram parte da motivação para o desenvolvimento da meta-análise qualitativa presente.

Além disso, a avaliação crítica procedida permitiu estabelecer lacunas existentes na produção científica atual, o que pode ser oportunidade para novos estudos, como por exemplo, os referentes à segurança nacional, ao tráfico internacional de drogas, à legalização de drogas ilícitas, bem como letalidade e mortalidade policial.

Por fim, ressalta-se a necessidade de se ter maior aprofundamento das pesquisas, priorizando a utilização de amostras menos abrangentes, que consigam captar a problemática da criminalidade e da dinâmica geográfica e social existente de forma pontual, bem como de amostras obtidas por meio de dados primários de pesquisa, a fim de se obter melhores resultados.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mônica V.; LISBOA, Marcos B. **Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997**. Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira, UFMG, v. 2, p. 775–808, 2000.
- ANDRADE, Mônica V.; MACHADO, Ana F.; GUIMARÃES, Cristina.; TELLO, Rafael. **Perfil ocupacional das vítimas e criminosos no Município de Belo Horizonte: um estudo exploratório**. Texto para discussão N. 195, UFMG/Cedeplar, 2003.
- AUGUSTO, Cleiclele A.; SOUZA, José P.; DELLAGNELO, Eloise H. L.; CARIO, Silvio A. F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)**, v. 51, p. 745-764, 2013.
- BECKER, Gary S. Crime and Punishment: an Economic Approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 2, p. 169-217, Abr. 1968.
- BECKER, Kalinca L.; Kassouf, Ana L. **Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil**, Economia e Sociedade, São Paulo, 2017.
- BICUDO, Maria A. V. **Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa**. REVEMAT. eISSN 1981-1322. Florianópolis-SC, v. 9, Ed. Temática, p. 07-20, 2014.
- BIDERMAN, Ciro; LIMA, Renato S. R.; MELLO, João M. P.; SCHNEIDER, Alexandre. **Pax Monopolista and crime: the case of the emergence os the Primeiro Comando da Capital in São Paulo**. Development Bank os Latin America, 2014.
- BORILLI, Salete P. ; SHIKIDA, Pery F. A. Crime econômico no Paraná: um estudo de caso. **Análise Econômica (UFRGS)**, v. 24, p. 123-143, 2006.
- BORILLI, Salete P. ; SHIKIDA, Pery F. A. Economia e crime: um estudo exploratório na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz do Iguaçu (PR). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza (CE), v. 34, n.2, p. 328-346, 2003.
- BUDAL, Vinicius K.; GUIMARÃES, Raquel R. M. . **A Relação entre Vulnerabilidade Socioeconômica e Criminalidade: Uma Análise dos Homicídios e do Tráfico de Drogas no município de Curitiba em 2011**. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Foz do Iguaçu, 2016.

CARVALHO, José Raimundo; LAVOR, Sylvia Cristina. Repeat Property Criminal Victimization and Income Inequality in Brazil. **Revista EconomiA**, Brasília, v.9, n.4, p.87–110, 2008.

CASTRO, Aldemar A. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2001. Disponível em: <<http://metodologia.org/wp-content/uploads/2010/08/meta1.pdf>>; acesso em 23 jun 2018.

CASTRO, Joana D. B.; MENEZES JR., Eumar E.; FERNANDES, Thais A.; OLIVEIRA, Karla S. **Olhar do crime através de uma visão econômica**. Revista Jurídica, v. 15, N. 1, Anápolis/GO, 2016.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Criminalidade, ambiente socioeconômico e polícia: desafios para os governos. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 3, p. 371-399, 2004.

CERQUEIRA, D. R. C.; LOBÃO, W. J. A. **Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos**. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 47, n.2, p. 233-270, 2004.

CHIODA, Laura; MELLO, João de; SOARES, Rodrigo R.. Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in Urban Brazil. **IZA Discussion Paper** Nº. 6371. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2015187>. Acesso em 25 jun 2015.

COOPER. H. (2010). **Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach** (3<sup>rd</sup> ed.). Thousand Oaks, CA: Sage., 2010.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica C.; TAKAHASHI, Renata F.; BERTOLOZZI, Maria R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342011000500033&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000500033&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 ago. 2018.]

DIAS, Camila N. Da Pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista. 386 fls. **Tese de Doutorado** – USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33002010028P1/TES.PDF>>. Acesso em: 16 set. 2016.

DINNES J.; DEEKS, J.; KIRBY, J., RODERICK, P. A methodological review of how heterogeneity has been examined in systematic reviews of diagnostic test accuracy. **Health Technology Assessment**, 9(12) 1-113, 2005.

ENASP. **Meta 2: A Impunidade como Alvo: Diagnóstico da Investigação de Homicídios no Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em:

<[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio\\_enasp\\_FINAL.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Enasp/relatorio_enasp_FINAL.pdf)>. Acesso em 25 jun 2018.

ENGEL, L. E. F.; SHIKIDA, P. F. A.. Economia do crime: um estudo de caso na penitenciária industrial de Cascavel (PR). **Revista Leader**, Porto Alegre, v. 35, p. 1 - 1, 2003.

FAJNZYLBBER, Pablo; ARAÚJO JR., Ari Francisco de. Violência e criminalidade. **Microeconomia e Sociedade no Brasil**, Rio de Janeiro, p. 333-394, 2001.

FAJNZYLBBER, Pablo; LEDERMAN, Daniel; LOAYZA, Norman. **Crime and Victimization: an Economic Perspective**. *Economia*1(1), Fall, 2000.

FILHO, Dalson B. F.; ROCHA, Enivaldo C.; PARANHOS, Ranulfo; SILVA JR, José A. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos., v. 23, n. 2, 2014.

FIORENTINI, Dario. **Investigação em Educação Matemática desde a perspectiva acadêmica e profissional**: desafios e possibilidades de aproximação. ANAIS do XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática, CIAEM, 2011.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2009.

FONTELLES, Mauro J.; SIMÕES, Marilda G.; FARIAS, Samanta H.; FONTELLES, Renata G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, p. 69-76, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2017/>>. Acesso em 25 ago 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>>. Acesso em 25 ago 2018.

FRANCO, Cleiton. Revisão de literatura e evidências empíricas sobre economia do crime. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 9, 2016.

GOMES, Gerson; Cruz, Carlos A. S. **Vinte Anos de Economia Brasileira: 1995/2014**. Centro de Altos Estudos Brasil XXI, 2014. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/04/VINTE-ANOS-DA-ECONOMIA-BRASILEIRA-1995-2014.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

IRWIG L.; Tosteson, A.N.; Gatsonis, C.; Lau, J.; Colditz, G., Chalmers, T.C. (1994). Guidelines for meta-analyses evaluating diagnostic tests. **Annals of Internal Medicine**, 120(8), 667-676, 1994.

JUSTUS, Marcelo; CERQUEIRA, DANIEL R. C.; KAHN, Tulio ; MOREIRA, Gustavo C. The São Paulo Mystery: The role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s. **Revista Economia da ANPEC**, v. 19, p. 201-218, 2018.

KUME, Leandro. **Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira**: uma aplicação em painel dinâmico. Rio de Janeiro: EPGE, 2005.

LOUREIRO, Andre O. F. **Uma avaliação dos determinantes da criminalidade no Ceará**. Encontro de Economia do Ceará em Debate. Ceará, 2009.

LOUREIRO, Andre O. F.; CARVALHO JR., José R. **O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil**. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, Pernambuco, 2007.

MANSO, Bruno P. ; DIAS, Camila N. **A guerra - a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018. v. 1. 344p .

MARQUES JR., Karlo. A renda, desigualdade e criminalidade no Brasil: uma análise empírica. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 34-46, 2014.

MEDEIROS, Cleyber N.; PINHEIRO, Francisco S. A., SOUZA, Guilherme M.; PINHEIRO, Daniel. Correlações espaciais entre homicídios e concentração de aglomerados subnormais em Fortaleza / CE / Brasil. **Revista GeoUECE** -Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº1, p.92-110, jan./jun.,2013. Disponível em: <<http://seer.uece.br/geoece>>

MELLO, João M. P. Does Drug Illegality Beget Violence? Evidence from the Crack-Cocaine Wave in São Paulo. **ECONOMÍA (WASHINGTON, D.C.)**, v. 16, p. 157-185, 2015.

MENDONÇA, M.; LOUREIRO, P.; SACHSIDA, A. **Criminalidade e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA - Texto para Discussão nº 967, 2003.

MIRANDA, Filipe Padilla de; CAVALCANTI, Filipe Matheus Silva; NETO, Raul Silveira, FIRMINO, Diego. Spatial Correlation Between Drugs Traffic and Violence in Brazil: Evidence from Urban Neighborhoods. *Economics letters*. Amsterdam. **Elsevier**, ISSN 0165-1765, ZDB-ID 717210-2. - Vol. 120.2013, 1, p. 97-99.

OLIVEIRA, C.A. de. 2005. **Análise espacial da criminalidade no Rio Grande do Sul**. Texto para discussão, n. 15. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, p. 1-20.



OLIVEIRA, Victos Hugo de; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de; CARVALHO, José Raimundo. Violence and Local Development in Fortaleza, Brazil: A Spatial Regression Analysis. **Applied Spatial Analysis and Policy**, v. 10, p. 1-20, 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) (2018). General government spending (indicator). Public order and Safty. Disponível em: <https://data.oecd.org/gga/generalgovernment-spending.htm>. Acesso em: 26 dez .2018.

PINTO, Cândida M. **Meta-análise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisa em letras**. IX Encontro da ABCP, 2014. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/viewFile/4023/2491>> Acesso em 20 out 2018.

PINTO, Nelson G. M.; CORONEL, Daniel A.; BENDER FILHO, Reisoli. A Criminalidade no Rio Grande do Sul: Um Estudo sobre os Tipos de Crime e Aspectos do Desenvolvimento Regional no Período de 2007 a 2010 . **Revista Economia & Gestão**, v. 16, n. 45, p. 58-77, 2016.

RESENDE, João Paulo de; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime Social, Castigo Social: Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 1, p.173-195, mar. 2011.

RODRIGUES, Caroline L.; ZIEGELMANN, Patrícia K. **Meta-análise: um guia prático**. Rev HCPA, 2010;30(4):436-447.

RODRIGUES, Cassio. A abordagem processual nos estudos da tradução: Uma análise meta-análise qualitativa. **Cadernos de Tradução (UFSC)**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 23-59, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6143>>. Acesso em 13 set 2018.

SACHSIDA, Adolfo ; Mendonça, Mario J. C. ; MOREIRA, Tito B. S. . O impacto de diferentes tipos de repressão legal sobre as taxas de homicídio entre os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, p. 100-123, 2015.

SAMPAIO, R F.; MANCINI, M C. Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Cezar A. P.; CASAGRANDE, Dieison L.; HOECKEL, Paulo H. O. Teoria Econômica do Crime: dos pressupostos acadêmicos à empiria do dia a dia na vida de ex presidiários de Santa Maria - RS. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 27, p. 308-325, 2015.



SANTOS, Marcelo Justus dos. Dinâmica Temporal da Criminalidade: Mais Evidências sobre o Efeito Inércia nas Taxas de Crimes Letais nos Estados Brasileiros. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 10, p. 169-194, abr. 2009.

SANTOS, Marcelo J.; KASSOUF, Ana L. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 343-373, 2008.

SANTOS, Marcelo. J.; KASSOUF, Ana L. Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. **Revista Economia**, Brasília, Anpec, v.8, n.2, p.187-210, 2007.

SCHAEFER, Gilberto J.; SHIKIDA, Pery F. A.. Economia do crime: elementos teóricos e evidências empíricas. **Revista análise econômica**, ano 19, n.36, 2001.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHIKIDA, Claudio D.; ARAÚJO JR., Ari F.; MURTA, Susane R. Religião e criminalidade no Brasil: primeiras evidências sob enfoque econômico. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 90-107, 2009.

SHIKIDA, Pery F. A. **Considerações sobre a Economia do Crime no Brasil**: um sumário de 10 anos de pesquisa. *Economic Analysis of Law Review*, v. 1, p. 324-344, 2010.

SHIKIDA, Pery F. A.. Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Piraquara (PR). **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, v. 4, n.3, p. 315-342, 2005.

SHIKIDA, Pery F. A.; BORILLI, Salette P. **Economia do crime: estudos de casos nas penitenciárias paranaenses**. Porto Alegre (RS): Impresso pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, 2007.

SHIKIDA, Pery F. A.; GONCALVES JR., Carlos A. ; CARDOSO, Bárbar F. ; BIRCK, Luiz G. . Reincidência penal: uma análise a partir da Economia do Crime para subsidiar decisões judiciais. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, p. 41-51, 2014.

UCHOA, Carlos F.; MENEZES, Tatiane Almeida de. Spillover Espacial da Criminalidade: Uma Aplicação de Painel Espacial para os Estados Brasileiros. In: **XL Encontro Nacional de Centro de Pós Graduação em Economia - ANPEC, 2012**, Porto de Galinhas. XL Encontro Nacional de Centro de Pós Graduação em Economia - ANPEC, 2012. v. LX. p. 1-20.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: mortes matadas por arma de fogo**. Brasília, UNESCO, 2015. Disponível em [www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf). Acesso em 25 jun 2018.

WHO. **World health statistics, 2017**. Disponível em: [http://www.who.int/gho/publications/world\\_health\\_statistics/2017/en/](http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2017/en/). Acesso em 25 jun 2018.

WILLIS, Graham D. **The killing consensus: Police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil**. Berkeley, University of California Press, 2015.

ZIMMER, L. Qualitative meta-synthesis: a question of dialoguing with texts. **Journal of Advanced Nursing**, v. 53, n. 3, p. 311-318, 2006.

## APÊNDICE 1 – PESQUISAS SELECIONADAS PARA A META-ANÁLISE

	Trabalhos selecionados para meta-análise	Autor	Tipo	Ano
1	Crime e economia: um estudo das microrregiões mineiras	Ari Francisco de Araujo Junior e Pablo Fajnzylber	Artigo	2000
2	Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997	Mônica Viegas Andrade e Marcos de Barros Lisboa	Artigo	2000
3	Economia do crime: elementos teóricos e evidências empíricas	Gilberto José Schaefer e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2001
4	O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996	Ari Francisco Araujo Junior e Pablo Fajnzylber	Artigo	2001
5	Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro	Mário Jorge Cardoso de Mendonça	Artigo	2001
6	Violência e criminalidade	Pablo Fajnzylber e Ari Francisco Araujo Junior	Artigo	2001
7	Apontamentos acerca das organizações criminosas a partir de um estudo exploratório na penitenciária industrial de Guarapuava e cadeia pública de Foz do Iguaçu	Salete Polonia Borilli e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2002
8	Impacto da criminalidade no valor dos aluguéis em Belo Horizonte	Vinicius Velasco Rondon e Mônica Viegas Andrade	Artigo	2002
9	Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudopainel - 1981/1996	Ari Francisco de Araújo Junior	Artigo	2002
10	Violência e criminalidade no Brasil: uma abordagem teórica e empírica	Mário Jorge Cardoso de Mendonça	Artigo	2002
11	A criminalidade na Região Metropolitana de Salvador	José Carrera Fernandez e Luiz Fernando Lobo	Artigo	2003
12	Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Waldir Jesus de Araujo Lobão	Artigo	2003
13	Criminalidade e desigualdade social no Brasil	Mário Jorge Cardoso de Mendonça, Paulo Roberto Amorim Loureiro e Adolfo Sachsida	Artigo	2003
14	Criminalidade e interação social	Mário Jorge Cardoso de Mendonça, Paulo Roberto Amorim Loureiro e Adolfo Sachsida	Artigo	2003
15	Criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma análise espacial	Monica Viegas Andrade, Betania Totino Peixoto e Sueli Moro	Artigo	2003
16	Criminalidade: social versus polícia	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Waldir Jesus de Araujo Lobão	Artigo	2003

17	Economia do crime: um estudo de caso na penitenciária industrial de Cascavel (PR)	Lourdes Eliana Faé Engel e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2003
18	Economia e crime: um estudo exploratório na penitenciária industrial de Guarapuava e cadeia pública de Foz do Iguaçu	Salete Polonia Borilli e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2003
19	Perfil ocupacional das vítimas e criminosos no município de Belo Horizonte: um estudo exploratório	Mônica Viegas Andrade, Ana Flávia Machado, Cristina Guimarães e Rafael Tello	Artigo	2003
20	Crime, oportunidade e vitimização	Cláudio Beato Filho, Betânia Totino Peixoto e Mônica Viegas Andrade	Artigo	2004
21	Criminalidade, ambiente socioeconômico e polícia: desafios para os governos	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Waldir Jesus de Araujo Lobão	Artigo	2004
22	Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Waldir Jesus de Araujo Lobão	Artigo	2004
23	Inequality and criminality revisited: further evidence from Brazil	Adolfo Sachsida, Mario Jorge Cardoso de Mendonça, Paulo Roberto Amorim Loureiro e Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez	Artigo	2004
24	The determinantof criminal victimization in São Paulo state	Fábio Augusto Reis Gomes e Lourenço Senne Paz	Artigo	2004
25	Análise espacial da criminalidade no Rio Grande do Sul	Cristiano Aguiar de Oliveira	Artigo	2005
26	Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: um enfoque da Economia do crime	Cristiano Aguiar de Oliveira	Artigo	2005
27	Determinantes do comportamento criminoso: um estudo econométrico nas penitenciárias central, estadual e feminina de Piraquara (Paraná)	Pery Francisco Assis Shikida, Ari Francisco de Araujo Junior, Cláudio Djissey Shikida e Salete Polônia Borilli	Artigo	2005
28	Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na penitenciária estadual de Piraquara (PR)	Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2005
29	Um modelo para análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju	Alan Alexander Mendes Lemos, Eurílio Pereira Santos Filho e Marco Antonio Jorge	Artigo	2005
30	Uma estimação dos custos da criminalidade em Belo Horizonte	Vinicius Velasco Rondon e Mônica Viegas Andrade	Artigo	2005
31	Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: uma aplicação em painel dinâmico	Leandro Kume	Artigo	2005

32	Crime econômico no Paraná: um estudo de caso	Salete Polonia Borilli e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2006
33	O impacto da criminalidade no valor da locação de imóveis: o caso de Curitiba	Evandro Camargos Teixeira	Artigo	2006
34	Análise dos custos e consequências da violência no Brasil	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Alexandre Xavier Ywata Carvalho, Waldir Jesus de Araujo Lobão e Rute Imanishi Rodrigues	Artigo	2007
35	Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil	Mônica Viegas Andrade e Betania Totino Peixoto	Artigo	2007
36	Economia do crime: estudo de casos nas penitenciárias paranaenses	Pery Francisco Assis Shikida e Salete Polonia Borilli	Artigo	2007
37	Estimação da perda de bem-estar causada pela criminalidade: o caso da cidade de João Pessoa-PB	Adriano Firmino Valdevino de Araújo e Francisco de Sousa Ramos	Artigo	2007
38	Mudança demográfica e a dinâmica dos homicídios no estado de São Paulo	João Manoel Pinho de Mello e Alexandre Schneider	Artigo	2007
39	O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil	André Oliveira Ferreira Loureiro e José Raimundo de Araújo Carvalho Júnior	Artigo	2007
40	O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil	Daniel Ricardo De Castro Cerqueira, Waldir Jesus de Araujo Lobão, Alexandre Xavier Ywata Carvalho	Artigo	2007
41	Reflexões sobre o modelo original da Economia do crime	Ademir Clemente e Angela Welters	Artigo	2007
42	Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira	Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2007
43	Criminalidade econômica: análise de fatores econômicos e sociais que influenciam as categorias de crimes no município de Santarém-PA	Jarsen Luis Castro Guimarães	Artigo	2008
44	Custo das mortes por causas externas no Brasil	Alexandre Xavier Ywata Carvalho, Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Rute Imanishi Rodrigues e Waldir Jesus de Araujo Lobão	Artigo	2008
45	Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias	Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2008

46	Existe explicação econômica para o sub-registro de crimes contra a propriedade?	Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2008
47	Fatores preditivos da violência na Região Metropolitana de Porto Alegre	Julio Francisco Gregory Brunet, Luiz Tadeu Viapiana, Ana Maria de Aveline Bertê e Clayton Brito Borges	Artigo	2008
48	O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PR)	Pery Francisco Assis Shikida e Sandra Regina Machado Brogliatto	Artigo	2008
49	Prevenção e controle de homicídios: uma avaliação de impacto no Brasil	Betânia Peixoto, Mônica Viegas Andrade e João Pedro Azevedo	Artigo	2008
50	Religião e criminalidade no Brasil: primeiras evidências sob enfoque econômico	Susanne Rodrigues Murta, Ari Francisco de Araujo Junior e Cláudio Djissey Shikida	Artigo	2008
51	Repeat property criminal victimization and income inequality in Brazil	José Raimundo Carvalho e Sylvia Cristina Lavor	Artigo	2008
52	A dinâmica da criminalidade brasileira entre a exclusão social e o crescimento econômico	Olinda Barcellos e Reginaldo Teixeira Perez	Artigo	2009
53	Breves notas sobre a criminalidade: custo, papel das organizações e a questão feminina	Salete Polonia Borilli e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2009
54	Crescimento econômico e criminalidade: refletindo sobre o desenvolvimento	Mônica Concha Amin, Flávio Vasconcellos Comim e José Roberto Iglesias	Artigo	2009
55	Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o estado do Paraná	Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2009
56	Dinâmica temporal da criminalidade: mais evidências sobre o “efeito inércia” nas taxas de crimes letais nos estados brasileiros	Marcelo Justus dos Santos	Artigo	2009
57	Uma análise da criminalidade na região do COREDE produção a partir da teoria econômica do crime (1997-2005)	Cristiano Aguiar de Oliveira, Liderau dos Santos Marques Júnior	Artigo	2009
58	Uma avaliação dos determinantes da criminalidade no Ceará	André Oliveira Ferreira Loureiro	Artigo	2009
59	A influência das regiões de fronteira e de variáveis socioeconômicas na criminalidade no estado do Paraná	Jonas Maurício Gonçalves, Francisco Carlos da Cunha Cassuce e Valdir Antonio Galante	Artigo	2010
60	Aborto, fecundidade e criminalidade: uma visão de demografia econômica	Ari Francisco de Araujo Junior	Artigo	2010
61	Assessing the crack hypothesis using data from a crime wave: the case of São Paulo	João Manoel Pinho de Mello	Artigo	2010
62	Considerations about crime economics in Brazil: a 10-year research summary	Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2010

63	Crime contra o patrimônio na região metropolitana de Belo Horizonte	Marco Antônio Silveira de Almeida e André Luiz Silveira Lopardi	Artigo	2010
64	Criminalidade feminina: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília	Jung Eun Kim, Paulo Roberto Amorim Loureiro, Tito Belchior Silva Moreira e Adolfo Sachsida	Artigo	2010
65	Economia do crime e o encarceramento feminino: uma análise para o estado do Paraná	Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2010
66	Medidas de custo-eficiência dos serviços subnacionais de segurança pública no Brasil: 2001-2006	Oliveira Alves Pereira Filho, Maria Eduarda Tannuri-Piantoi e Maria da Conceição Sampaio de Sousa	Artigo	2010
67	Polícia reduz crime? um estudo de caso na RMF do Ceará	Daniel Cirilo Suliano e Jimmy Lima de Oliveira	Artigo	2010
68	Recessões e recuperações na atividade econômica: mesmo efeito sobre a criminalidade?	Ari Francisco Araujo Junior e Claudio Djissey Shikida	Artigo	2010
69	Can conditional cash transfers reduce poverty and crime? evidence from Brazil	André Oliveira Ferreira Loureiro	Artigo	2011
70	Convergência das taxas de crimes no território brasileiro	Marcelo Justus dos Santos e Jonas Irineu dos Santos Filho	Artigo	2011
71	Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros	João Paulo de Resendei e Mônica Viegas Andrade	Artigo	2011
72	Custo de bem-estar da violência letal no Brasil e desigualdades regionais, educacionais e de gênero	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Rodrigo Reis Soares	Artigo	2011
73	Economia do crime: uma análise de gênero a partir de um estudo de caso na penitenciária feminina de Piraquara (PR)	Deisy Cristina Simon, Pery Francisco Assis Shikida e Salete Polônia Borilli	Artigo	2011
74	Economia e criminalidade: uma análise das messorregiões de Minas Gerais no período 2005-2007	Paula Andréa Marques do Valle e Vanessa Marzano	Artigo	2011
75	Menos armas, menos crime	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e João Manoel Pinho de Mello	Artigo	2011
76	Menos desemprego, maior eficiência da polícia e redução na criminalidade em São Paulo	Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2011
77	O mercado imobiliário como revelador das preferências pelos atributos espaciais: uma análise do impacto da criminalidade urbana no preço de apartamentos em Belo Horizonte	Eduardo Pontes, Luiz Andrés Paixão e Pedro Abramo	Artigo	2011
78	Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo	Regina Madalozzo e Giovanna Maia Furtado	Artigo	2011
79	Um modelo espacial de criminalidade para a cidade de São Paulo	Alexandre Sartoris Neto	Artigo	2011



80	Uma aplicação da análise envoltória de dados a partir do índice de criminalidade para as mesorregiões catarinenses	Thiago Costa Soares e Udilmar Carlos Zabot	Artigo	2011
81	Análise da criminalidade em Palmas-TO: uma abordagem econométrica da violência urbana	Francisco Viana Cruz e Adriano Firmino Valdevino Araújo	Artigo	2012
82	Avaliação de impacto do Estatuto do Desarmamento na criminalidade: uma abordagem de séries temporais aplicada à cidade de São Paulo	Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2012
83	Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo sobre a mesorregião oeste do Paraná	Pery Francisco Assis Shikida e Henrique Vargas Netto Oliveira	Artigo	2012
84	Determinantes da vitimização criminal no estado do Rio Grande do Sul	Cristiano Aguiar de Oliveira e Gabriel Hädrich Pavão Xavier	Artigo	2012
85	Eficiência técnica da Polícia Militar em Minas Gerais	Paulo Roberto Scalcoi, Ailton Lopes Amorim e Adriano Provezano Gomes	Artigo	2012
86	Estudos de Economia do crime para o estado de Sergipe: uma resenha	Marco Antonio Jorge	Artigo	2012
87	Socioeconomic determinants of juvenile crime among street children and teenagers in a brazilian state	Ari Francisco De Araújo Junior, Claudio Djissey Shikida, Reginaldo Pinto Nogueira Junior e Frederico Martins Poley Ferreira	Artigo	2012
88	Spillover espacial da criminalidade: uma aplicação de painel espacial para os estados brasileiros	Carlos Frederico Azeredo Uchôa e Tatiane Almeida de Menezes	Artigo	2012
89	Uma análise da vitimização no Brasil	Elder Generozo Sant'Anna e Luiz Scorzafave	Artigo	2012
90	A influência da vulnerabilidade social e o uso de drogas ilícitas sobre as reincidências de adolescentes infratores	Mônica Concha Amin, José Roberto Iglesias e Flávio Vasconcellos Comim	Artigo	2013
91	A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Danilo Santa Cruz Coelho, David Pereira Moraes, Mariana Vieira Martins Matos, Jony Arrais Pinto Júnior e Marcio José Medeiro	Artigo	2013
92	Análise do impacto dos gastos públicos com programas de transferência de renda sobre a criminalidade	Denise Baptista Thomé e Christian Vonbun	Artigo	2013
93	Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no sudeste e aumento no norte/nordeste	Tulio Kahn	Artigo	2013



94	Criminalidade na região metropolitana de Belo Horizonte: o que a teoria econômica é capaz de explicar?	Marco Antônio Silveira de Almeida e Carlos Enrique Guanzirol	Artigo	2013
95	Determinantes da reincidência penal no estado do Paraná: uma análise empírica da Economia do crime	Carlos Alberto Gonçalves Junior e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2013
96	Evidence of the effect of wealth observed by criminals on the risk of becoming a victim of property crimes	Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2013
97	Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil	Adolfo Sachsida e Mário Jorge Cardoso de Mendonça	Artigo	2013
98	A desigualdade de renda e a educação podem explicar a criminalidade?: uma análise para os estados brasileiros	Renata Costa de Carvalho e Fernando Henrique Taques	Artigo	2014
99	A renda, desigualdade e criminalidade no Brasil: uma análise empírica	Karlo Marques Junior	Artigo	2014
100	Combatendo homicídios no Brasil: o que funciona em São Paulo funciona na Bahia?	Adolfo Sachsida e Mário Jorge Cardoso de Mendonça	Artigo	2014
101	Educação, segurança pública e violência nos municípios brasileiros: uma análise de painel dinâmico de dados	Rogério Allon Duenhas, Flávio de Oliveira Gonçalves e Eduardo Gelinski Júnior	Artigo	2014
102	Eficiência do judiciário e a Economia do crime	Andrei Gomes Simonassi, Denise Xavier Araujo e Ronaldo de Albuquerque e Arrae	Artigo	2014
103	Mais armas, menos crimes? uma análise econométrica para o estado de Minas Gerais	Lucas de Lima Horta Abras, Ari Francisco de Araujo Junior, Cláudio Djissey Shikida, Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2014
104	Motivações do crime segundo o criminoso: condições econômicas, interação social e herança familiar	Jarsen Luis Castro Guimarães	Artigo	2014
105	O efeito do encarceramento sobre as taxas de homicídio no Brasil	Ari Francisco De Araújo Junior, Daniel Montresor Pimenta Belo Pereira, Cláudio Djissey Shikida e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2014
106	Reincidência penal: uma análise a partir da "Economia do crime" para subsidiar decisões judiciais	Pery Francisco Assis Shikida, Carlos Alberto Gonçalves Júnior, Barbara Françoise Cardoso e Luiz Gilberto Birck	Artigo	2014
107	Underreporting of property crimes: an empirical economic analysis	Marcelo Justus e Luiz Guilherme Scorzafave	Artigo	2014

108	A moral importa?	Claudio Djissey Shikida, Ari Francisco de Araujo Junior e Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2015
109	Análise da causalidade dos homicídios em Sergipe sob a ótica da Economia do crime no período 2007-2010	Marco Antonio Jorge	Artigo	2015
110	Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios mineiros	Gabriel Teixeira Ervilha, Liana Bohn, Cassiano Ricardo Dalberto e Adriano Provezano Gomes	Artigo	2015
111	Evidências sobre a vitimização no Brasil: uma análise econométrica	João Paulo Moreira de Carvalho Souza e Marina Silva da Cunha	Artigo	2015
112	Impacto da violência nas escolas paulistas sobre o desempenho acadêmico dos alunos	Evandro Camargos Teixeira e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2015
113	O efeito das oportunidades no mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura	Artigo	2015
114	O impacto de diferentes tipos de repressão legal sobre as taxas de homicídio entre os estados brasileiros	Adolfo Sachsida, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Tito Belchior Silva Moreira	Artigo	2015
115	Redução da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira e Danilo Santa Cruz Coelho	Artigo	2015
116	Relationship between income and repeat criminal victimization in Brazil	Marcelo Justus, Tulio Kahn e Henrique Kawamura	Artigo	2015
117	Teoria econômica do crime: dos pressupostos acadêmicos à empiria do dia a dia na vida de ex presidiários de Santa Maria RS	Cezar Augusto Pereira dos Santos, Dieison Lenon Casagrande e Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel	Artigo	2015
118	A criminalidade no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os tipos de crime e aspectos do desenvolvimento regional no período de 2007 a 2010	Nelson Guilherme Machado Pinto, Daniel Arruda Coronel e Reisoli Bender Filho	Artigo	2016
119	Determinantes da criminalidade no estado de São Paulo: uma análise espacial de dados em cross-section	Maiara Patti Gaulez e Vladimir Fernandes Maciel	Artigo	2016
120	Economia do crime: uma análise sobre a maioria penal a partir de detentos paranaenses	Pery Francisco Assis Shikida	Artigo	2016
121	Efeitos de dissuasão do mercado de trabalho sobre o crime na região metropolitana de Porto Alegre	Cristiano Aguiar de Oliveira e Daiane Arend Arcaro	Artigo	2016

122	Eficiência nos gastos públicos em segurança dos estados do nordeste	Fabiano da Costa Dantas, Paula Valéria Ferreira de Almeida Rodrigues, Andrea Moniky Moraes de Freitas e Dilma Marianna da Silva	Artigo	2016
123	Olhar do crime através de uma visão econômica	Joana D'Arc Bardella Castro, Eumar Evangelista De Menezes Júnior, Thais Angelina Fernandes e Karla de Souza Oliveira	Artigo	2016
124	Os determinantes da eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios mineiros: uma análise a partir da metodologia DEA	Liana Bohn, Cassiano Ricardo Dalberto, Gabriel Teixeira Ervilha e Adriano Provezano Gomes	Artigo	2016
125	Revisão de literatura e evidências empíricas sobre Economia do crime	Cleiton Franco	Artigo	2016
126	Segurança pública no Rio de Janeiro: um estudo dos homicídios dolosos entre 2003 e 2014	Marcelo De Sales Pessoa	Artigo	2016
127	Sensação de insegurança pública no Brasil: uma análise estrutural das vulnerabilidades e do efeito da vitimização direta	Wander Plassa da Silva e Marina Silva da Cunha	Artigo	2016
128	Teoria econômica do crime: uma abordagem a partir do programa Bolsa Família no estado do Rio Grande do Sul	Maicon Grings e Edison Luiz Lesimann	Artigo	2016
129	Trajetórias individuais, criminalidade e o papel da educação	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira	Artigo	2016
130	A estimação de um índice geral de criminalidade para os municípios do Rio Grande do Sul – igcrime RS	Jonatas de Oliveira, Fernanda Dachi Carrets e Tiarajú Alves de Freitas,	Artigo	2017
131	A lei nº 12.403/2011 e os crimes contra o patrimônio	Bruno Ottoni Eloy Vaz	Artigo	2017
132	A relação entre vulnerabilidade socioeconômica e criminalidade: uma análise dos homicídios e do tráfico de drogas no município de Curitiba em 2011	Vinicius Klein Budal e Raquel Rangel de Meireles Guimarães	Artigo	2017
133	Análise espacial da criminalidade no estado da Bahia	Romilson do Carmo Moreira e Adelar Fochezatto	Artigo	2017
134	Análise espacial dos crimes contra o patrimônio no estado de São Paulo	Abilio Silveira Garcia Neto, Carlos Henrique Machado Simão, Tomás Pereira Machado e José Luiz Parré	Artigo	2017

135	Ciclos econômicos e crimes contra o patrimônio: uma análise quase-experimental	Cristiano Aguiar de Oliveira e Iuri Capa Verde Costa	Artigo	2017
136	Estudo econométrico das relações entre desemprego e tráfico de drogas em Santarém-PA	Brena do Nascimento Carvalho, Tarcísio da Costa Lobato, Abner Vilhena de Carvalho e Jarsen Luís Castro Guimarães	Artigo	2017
137	Os determinantes da criminalidade nos municípios gaúchos: evidências de um modelo econométrico espacial	Mauricio Vitorino Saraiva	Artigo	2017
138	Os efeitos da criminalidade sobre a proficiência escolar no ensino fundamental no município de São Paulo	Victor Azambuja Gama e Luiz Guilherme Scorzafave	Artigo	2017
139	Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil	Kalinca Léia Becker e Ana Lúcia Kassouf	Artigo	2017
140	A economia do narcotráfico: o caso da cocaína na Bolívia	Genaro Emilio Carrión Maldonado	Dissertação	1997
141	A teoria econômica e a economia do crime: uma abordagem usando séries temporais para a região policial da grande São Paulo	Rogério Pereira	Dissertação	2001
142	Custos da criminalidade no município de Belo Horizonte: duas abordagens sobre as perdas de bem estar	Vinícius Velasco Rondon	Dissertação	2003
143	Determinantes da criminalidade no município de Belo Horizonte	Betânia Totino Peixoto	Dissertação	2003
144	Análise da influência de indicadores socioeconômicos sobre a criminalidade no Distrito Federal	Aricieri Davide Junior	Dissertação	2004
145	Análise das circunstâncias econômicas da prática criminosa no estado do Paraná: estudo de caso nas penitenciárias estadual, central e feminina de Piraquara	Salete Polônia Borilli	Dissertação	2005
146	Estimando o impacto econômico da violência: custos da criminalidade em Curitiba	Evandro Camargos Teixeira	Dissertação	2005
147	Crime e poupança: teoria e evidências para o Brasil	Eduardo Zilberman	Dissertação	2006
148	Crimes nos municípios paulistas: um estudo acerca dos condicionantes sócioeconômicos e demográficos que contribuem para maior criminalidade e quais os efeitos das diferentes políticas municipais de segurança para o combate à criminalidade	Estevão Augusto Oller Scipilliti	Dissertação	2006
149	Determinantes da criminalidade na Região Metropolitana de São Paulo	Alexandre Alves Schneider	Dissertação	2006
150	Fatores demográficos como determinantes da criminalidade	Gabriel Chequer Hartung	Dissertação	2006
151	Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil	André Oliveira Ferreira Loureiro	Dissertação	2006

152	A criminalidade na Região Metropolitana de Salvador e sua relação intertemporal com o desemprego	Luiz Fernando Araújo Lobo	Dissertação	2007
153	A economia das drogas em uma abordagem heterodoxa	Taciana Santos de Souza	Dissertação	2007
154	A economia das drogas na cidade de São Paulo em 2001	Fernanda Perini de Castro	Dissertação	2007
155	Análise exploratória e modelo explicativo da criminalidade no estado de São Paulo: interação social (2001)	Marco Antônio Silveira de Almeida	Dissertação	2007
156	Aplicação da Economia do crime no Brasil	Giovanna Maia Furtado	Dissertação	2007
157	Crime social, castigo social: o efeito da desigualdade de renda sobre as taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros	João Paulo Resende	Dissertação	2007
158	Criminalidade violenta em Minas Gerais: uma proposta de alocação de recursos em segurança pública	Paulo Roberto Scalco	Dissertação	2007
159	A sanção penal entre o crime e o potencial criminoso: uma abordagem jurídico-econômica da pena	Marcelo Cabistani da Matta	Dissertação	2008
160	Análise dos principais determinantes da criminalidade no Brasil: 2001 – 2005	Gardênia Barbosa Torres Bitu	Dissertação	2008
161	Índices de criminalidade e investimentos em segurança pública	Moacyr Ferraz do Lago	Dissertação	2008
162	Um modelo espaço-temporal bayesiano para medir a interação social na criminalidade: simulações e evidências na Região Metropolitana de São Paulo	Marcelo Gazzano	Dissertação	2008
163	Vitimização e desigualdade de renda no Brasil	Sylvia Cristina Lavor dos Santos	Dissertação	2008
164	Drogas ilícitas e homicídio juvenil: um estudo acerca dos determinantes socioeconômicos da criminalidade no Brasil	Lisa Biron de Araujo Castro	Dissertação	2009
165	Eficácia de gastos públicos em educação e segurança pública na redução de homicídios no Brasil: um estudo de painel dinâmico de dados para os municípios brasileiros	Rogério Allon Duenhas	Dissertação	2009
166	Interação social e crimes femininos: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília	Jung Eun Kim	Dissertação	2009
167	Uma análise de relação entre violência e proficiência escolar no município de São Paulo	Victor Azambuja Gama	Dissertação	2009
168	Análise espacial da criminalidade no Espírito Santo e em Vitória	André Luiz Greve Pereira	Dissertação	2010
169	Assaltantes, traficantes e milícias. teoria e evidência das favelas do Rio de Janeiro	Tiago de Brito Caruso	Dissertação	2010
170	Efeitos da política municipal de segurança pública sobre a criminalidade no Brasil	Alexsandros Cavgias Martins Fraga	Dissertação	2010

171	Fatores socioeconômicos da criminalidade no estado de São Paulo: um enfoque da Economia do crime	Rodrigo da Silva Mariano	Dissertação	2010
172	Gasto público em segurança e criminalidade: uma análise de eficácia e eficiência	Fernando Gonçalves Castanheira Júnior	Dissertação	2011
173	Um estudo da relação entre polarização de renda e criminalidade para o Brasil	Maria Isabel Accoroni Theodoro	Dissertação	2011
174	Crime e desorganização familiar no Brasil	Daniel Souza Costa	Dissertação	2012
175	Criminalidade nos estados brasileiros no período 2001-2005: uma análise econômica com dados em painel	Martha Seillier	Dissertação	2012
176	Equipamentos urbanos de infraestrutura e criminalidade: uma abordagem para os municípios mineiros	Daniel do Nascimento Silva	Dissertação	2012
177	O crime de drogas e a violência em São Paulo: uma análise a partir da lei de drogas	Isabel Ferraz Musse	Dissertação	2012
178	Uma análise do perfil da vitimização no Brasil	João Paulo Moreira de Carvalho Souza	Dissertação	2012
179	A atividade judiciária como alternativa de combate à criminalidade: uma investigação para os municípios cearenses	Denise Xavier Araujo	Dissertação	2013
180	Efeito do policiamento sobre a criminalidade: uma análise em painel para os municípios paulistas e estados brasileiros	Victor Alexandre de Paula Lopes	Dissertação	2013
181	Estudo da criminalidade violenta na Região Metropolitana do Recife: o espaço realmente é relevante?	Giuseppe Trevisan Cruz	Dissertação	2013
182	Indicador geral de criminalidade e eficiência técnica dos gastos com segurança pública em Mato Grosso no período 2007 a 2011	Ricardo Roberto de Almeida Capistrano	Dissertação	2013
183	O impacto do programa de eletrificação no Brasil na redução de homicídios	Filipe Ortiz Falsete	Dissertação	2013
184	Vitimização nos centros urbanos brasileiros: uma abordagem multinível	Klebson Humberto de Lucena Moura	Dissertação	2013
185	Avaliação de impacto do programa Fica Vivo sobre a taxa de homicídios em Minas Gerais	Talita Egevardt de Castro	Dissertação	2014
186	Crime e vitimização: evidências teóricas e empíricas	Cristiane da Silva	Dissertação	2014
187	Determinante espacial do crime na cidade do Recife: análise do impacto de bares e igrejas	Edivaldo Constantino das Neves Junior	Dissertação	2014
188	Externalidade da educação sobre crimes violentos: evidências para os municípios brasileiros	Vinicius Felipe da Silva	Dissertação	2014
189	Uma análise das relações entre armas de fogo e homicídios no Brasil	Victor Cosenza dos Santos Pereira	Dissertação	2014

190	Uma análise do efeito dos gastos públicos estaduais em segurança pública, assistência social e educação sobre a criminalidade no Ceará para o período de 2010 a 2013	Joafran EufRASino do Amaral	Dissertação	2014
191	Análise espacial da criminalidade nos municípios paraibanos entre os anos de 2011 e 2013	Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior	Dissertação	2015
192	Efeitos de dissuasão do mercado de trabalho do crime na Região Metropolitana de Porto Alegre	Daiane Arend Arcaro	Dissertação	2015
193	Homicides and age of criminal responsibility: a regression discontinuity approach	João Silveira de Faria	Dissertação	2015
194	Qual o impacto do crime para as vítimas? uma análise considerando a influência dos roubos e furtos na percepção de segurança e migração no Brasil	Thais Lima Fraga	Dissertação	2015
195	A criminalidade e o desenvolvimento das microrregiões no estado de Mato Grosso	Hozano José Delgado	Dissertação	2016
196	Análise espacial da criminalidade em uma grande metrópole: um estudo de caso para o município de São Paulo	Raul de Sá Durlo	Dissertação	2016
197	Criminalidade no Brasil e seus aspectos econômicos no período 1990-2010: uma análise de vetores autorregressivos para dados em painel – pvar	Camila Mirella Santos de Oliveira	Dissertação	2016
198	Efeitos dissuasórios de ações policiais sobre roubos na região metropolitana de Porto Alegre	Fernanda Lopes Johnston	Dissertação	2016
199	Eficácia do sistema prisional brasileiro: uma análise por meio da abordagem da Economia do crime para o período 2003-2012	Maiara Patti Gaulez	Dissertação	2016
200	Ensaio sobre criminalidade e pobreza	Janaildo Soares de Sousa	Dissertação	2016
201	Fatores determinantes dos latrocínios na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma análise econométrica	Luana Maria Somavilla	Dissertação	2016
202	Homicídios e eleições: um estudo sobre a influência das eleições municipais sobre taxas de homicídio através da abordagem de regressão descontínua	Robinson Aparecido da Silva	Dissertação	2016
203	Impactos das políticas de segurança sobre a difusão da criminalidade entre as cidades: uma aplicação dos modelos de econometria espacial	Inaldo Bezerra da Silva Junior	Dissertação	2016
204	Insegurança, violência e o desempenho escolar: uma análise sobre a probabilidade de atraso escolar no Brasil	Wander Plassa da Silva	Dissertação	2016



205	A racionalidade no mercado ilegal: o efeito da demanda de bens ilícitos na taxa de criminalidade do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2015	Ingrid Rafaela Rodrigues Leiria	Dissertação	2017
206	Análise da relação entre acesso a armas de fogo e homicídios no Brasil	Gilson José Dutra	Dissertação	2017
207	As transferências de renda via programa Bolsa Família e a criminalidade no Ceará	Virginia Felício Lopes Lima	Dissertação	2017
208	Criminalidade e desempenho escolar: uma avaliação a partir do ensino fundamental das escolas da rede municipal de Fortaleza	Maria Cristina de Moura Goes	Dissertação	2017
209	Determinantes da criminalidade na Região Metropolitana de Porto Alegre-RS: teorias e evidências	Ricardo Capra Schuch	Dissertação	2017
210	Determinantes da violência contra a mulher no Brasil	Jayne Cecília Martins	Dissertação	2017
211	Drug markets and violence: evidence from Brazil	Guilherme Coelho Netto Avelar	Dissertação	2017
212	Economia da droga e financeirização: os impactos do sistema financeiro no mercado de drogas	Mathias Quaresma de Melo Netto	Dissertação	2017
213	Educai os jovens para que não seja preciso punir os adultos: a relação entre o desempenho escolar e os crimes nas cidades brasileiras	Wilene Chacon de Franca Holanda	Dissertação	2017
214	Efeito da criação de delegacias especializadas em atendimento a mulher em combinação com a Lei Maria da Penha para a redução da violência doméstica no estado do Rio Grande do Sul	Gustavo Hoffmann Moreira	Dissertação	2017
215	Estimação de um índice de criminalidade para os municípios do Rio Grande do Sul nos anos de 2005 a 2015	Jonatas de Oliveira	Dissertação	2017
216	Evidências para os efeitos de deterrence, desenvolvimento socioeconômico e revanche policial sobre a violência nos municípios do Rio de Janeiro	Gabriel De Oliveira Accioly Lins	Dissertação	2017
217	Impacto da gestão para resultados nos indicadores criminais do Ceará: uma análise prévia e posterior à Lei Estadual nº 15.558/2014	Tiago Monteiro da Silva	Dissertação	2017
218	O impacto da criminalidade na demanda turística do nordeste brasileiro	Benedito Maciel da Silva Junior	Dissertação	2017
219	Economia, crise e bem-estar: estimativas da perda de bem-estar causada pelo crime para a cidade de João Pessoa	Adriano Firmino Valdevino de Araújo	Tese	2007
220	Uma contribuição para prevenção da criminalidade	Betânia Totino Peixoto	Tese	2008
221	Três ensaios sobre demografia e criminalidade	Gabriel Chequer Hartung	Tese	2009
222	Causas e conseqüências do crime no Brasil	Daniel Ricardo de Castro Cerqueira	Tese	2010



223	Criminalidade, violência e desenvolvimento no Rio grande do Sul	Mônica Concha Amin	Tese	2011
224	Dois ensaios acerca da relação entre criminalidade e educação	Evandro Camargos Teixeira	Tese	2011
225	Ensaio em Economia do crime: dissuasão, armas e carreira criminosa	Cristiano Aguiar de Oliveira	Tese	2011
226	Uma abordagem econômica das causas da criminalidade: evidências para a cidade de São Paulo	Marcelo Justus dos Santos	Tese	2012
227	Estudo sobre a criminalidade mineira: comportamento e determinantes	Marco Antonio Silveira de Almeida	Tese	2013
228	Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência	Kalinca Leia Becker	Tese	2013
229	Fatores associados à criminalidade violenta no Brasil	Diego Pierotti Procopio	Tese	2014
230	Três ensaios em microeconometria sobre crime, política e migração	Bruno Lyons Ottoni Vaz	Tese	2014
231	Criminalidade, pobreza e meio ambiente: aplicações do modelo pvar	Isaac Ricarte Evangelista	Tese	2015
232	Avaliação do impacto do Infocrim sobre as taxas de homicídios dos municípios paulistas: uma aplicação do método de diferenças em diferenças espacial	Maria Viviana de Freitas	Tese	2016
233	Dois ensaios em Economia do crime	Gustavo Carvalho Moreira	Tese	2017
234	Ensaio em criminalidade no Rio Grande do Sul	Renan Xavier Cortes	Tese	2017
235	Essays on crime and justice	Laura de Carvalho Schiavon	Tese	2017
236	Mortes por arma de fogo: uma análise sob a perspectiva do estatuto do desarmamento	Vasconcelos Reis Wakim	Tese	2017
237	Three essays on the Economics of crime	Ilaria Masiero	Tese	2017
238	Transgressão, norma social e crime: o papel da dissuasão social nas áreas mínimas comparáveis no Brasil (1991-2010)	Sandro de Freitas Ferreira	Tese	2017

FONTE: Dados primários de pesquisa.